

9. Economia política da África do Sul, ou a evolução das relações entre o capital africânder e o capital inglês

9.1 Economia política e política económica

Começemos por relembrar os dois grandes grupos sociais em presença. Uma grande maioria de negros, constituindo uma força-de-trabalho braçal a explorar e sem direitos políticos no âmbito, quer da União, quer mais tarde, da República³¹⁶. Uma pequena minoria de brancos, cidadãos com direito a voto. Em posição intermédia, dois outros grupos social e culturalmente distintos, os *coloureds* e os indianos, igualmente sem direito a voto mas, na prática, sujeitos a discriminação social e económica menos severa do que os africanos.

O processo a discutir é sobre o modo como as elites e dirigentes políticos africânderes se propuseram alcançar, e alcançaram, a paridade social e económica com os ingleses, sendo por isso pertinente uma referência específica ao instrumento político privilegiado, escolhido para o efeito: o Partido Nacional.

Fundado, em 1910, por James Barry Herzog, o Partido Nacional propunha-se representar a pequena burguesia urbana de origem africânder, e sobretudo a comunidade agrícola bóer, em resposta à formação do Partido da África do Sul, em 1908, formado por Jan Smuts, o qual pretendia promover a união de africânderes e colonos ingleses, mas que acabava por, efectivamente, representar os interesses do grande capital imperial. O Partido Nacional veio a ser refundado em 1934, pelo Dr. François Malan, exactamente porque, entretanto, a liderança de James Herzog decidira juntar-se ao Partido de Jan Smuts para vir a formar o Partido Unido. O Partido Nacional de James Herzog acabaria por chegar ao poder, em 1924, através de uma aliança conjuntural com o Partido Trabalhista, de base predominantemente britânica, para formar aquilo que se veio a chamar de Governo do Pacto. O que é importante sublinhar é a consistência, ao longo de décadas, no que respeita às políticas económicas prosseguidas pelos diferentes partidos de base africânder, mesmo antes da chegada ao poder do Partido Nacional, em 1924 e depois em 1948, então de forma permanente, e até às primeiras eleições democráticas em 1994.

Tive já ocasião de chamar a atenção para o contraste e confronto entre dois tipos de mundivisão em presença, aquando da descoberta dos campos mineiros, quer dos diamantes³¹⁷, quer do ouro. Uma parte da elite africânder,

³¹⁶ Importa lembrar que a África do Sul teve o estatuto político de Domínio britânico (a União da África do Sul), a partir de 1910, só proclamando a independência política, como república, em 1961.

³¹⁷ Um exemplo característico deste contraste é dado pela descoberta de diamantes na quinta (Zandfontein) de uns senhores africânderes, irmãos, de nome De Beers, os quais, depois de alguma prospecção artesanal, a venderam a Cecil Rhodes por 6.300 libras, desapare-

porém, tinha recebido uma educação cosmopolita europeia, designadamente na Grã-Bretanha, e era oriunda da Colónia do Cabo. Quer isto dizer que havia, entre os africânderes, muitos dirigentes susceptíveis de aceitar de bom grado a sua inserção no mundo britânico, em contraste com um grupo mais radical e defensor da primazia da identidade *afrikaans*. Também aqui se encontram já alguns antecedentes históricos relativos à divisão que, mais tarde, se vem a encontrar entre os chamados *verligte*, naturais herdeiros históricos dos africânderes do Cabo, com uma mundivisão mais cosmopolita, e os chamados *verkrampste*, herdeiros históricos dos *voortrekkers* e bôeres, os quais estiveram na origem das repúblicas do interior, vivendo em elevado grau de autarcia.

Assinale-se desde já que, em grande parte, os quadros da administração pública em Pretória vieram mais tardem a ser preenchidos por africânderes, oriundos primordialmente das províncias do Orange e do Transvaal³¹⁸, justamente as zonas de ocupação dos *voortrekkers* ao longo do século XIX. Em todo o caso, a maioria da população africânder, não só não estava inserida no mundo britânico, como sentia na pele a discriminação social de que eram alvo pelo facto de não serem ingleses, situação agudizada depois da Segunda Guerra dos Bôeres. Seja como for, nos termos do Tratado de Vereeniging, ficou claramente programada, ainda que de forma implícita, uma histórica distribuição de papéis pelos principais actores sociais envolvidos nesta cena. À Grã-Bretanha ficava naturalmente entregue o papel de guardião e garante da ordem internacional, onde pudesse actuar o subsistema sul-africano de exploração e acumulação de capital. Aos colonos ingleses locais ficava distribuído o papel de representantes e garantes ou guardiões dos interesses capitalistas internacionais, fundamentalmente mineiros, com investimentos na África do Sul. Aos africânderes ficava distribuído o papel de agricultores, empresários da pequena indústria de apoio à mineração e gestores da mão-de-obra local (a prazo, a administração pública). Por fim, aos africanos negros ficava distribuído o papel de fornecedores passivos de mão-de-obra de aluguer, em permanente rotação.

Já no período anterior à Segunda Guerra dos Bôeres, uma das acusações formuladas pelo poder imperial britânico, dirigia-se à suposta discriminação política de que seriam alvo os *uitlanders*, designadamente no que dizia respeito à atribuição de licenças comerciais e industriais, por parte das autoridades da República do Transvaal – depois da Primeira Guerra dos Bôeres tecnicamente considerado um protectorado britânico – para poderem abrir estabelecimen-

cendo de cena. Aparentemente, esse não era o seu mundo (Thomas, 1997).

318 Em resultado das medidas governamentais, implementadas a partir de 1924, de recrutamento de pessoal de base étnica, para resolver o problema dos *poor whites*, na sua totalidades africânderes sem terra, nem qualificações técnicas para a nova economia industrial nascente.

tos comerciais ou industriais, alegadamente reservados a africânderes. Por outro lado, importa lembrar as indemnizações recebidas pelos africânderes em compensação pelos prejuízos económicos causados pela guerra, nos termos do já referido Tratado de Vereeniging.

É assim, com estes antecedentes, que vimos a ter presentes no subsistema sul-africano, logo nas primeiras décadas do século xx, dois segmentos nacionais de capital, claramente distintos e prosseguindo interesses e objectivos também eles muitas vezes divergentes. A distinção básica seria relativa ao destino ou sentido da acumulação de excedentes, a que se juntaria ainda o tipo de actividades utilizadas para a produção e acumulação desses excedentes. Assim, no caso dos africânderes, a tendência seria para que a acumulação de fizesse na África do Sul e em benefício da 'nação' africânder. Já no caso dos cidadãos ingleses, quer fossem colonos nacionais já radicados, quer fossem imigrantes recém-chegados, na perspectiva dos africânderes, prevalecia a ideia de que a acumulação de excedentes, através da remessa de poupanças, se fizesse algures no sistema, principalmente em Londres, mas não necessariamente na África do Sul. Este sentimento era particularmente reforçado pela prática dos bancos Barclays e Standard de depositar em Londres, sistematicamente, valores nominalmente correspondentes aos depósitos de curto prazo recolhidos na África do Sul, predominando os depósitos de cidadãos de origem britânica. Recorde-se que se estava ainda em pleno período do padrão-ouro e da hegemonia da libra esterlina como moeda de reserva de poupanças em todo o mundo.

Entretanto, quando se faz uma análise da separação ou oposição entre os poderes económico e político em jogo na África do Sul, ter-se-á naturalmente a tendência para a simplificação, deixando para um segundo momento analítico, o estudo mais detalhado da heterogeneidade dos campos em presença. Começo, assim, por considerar de um dos lados deste confronto, uma combinação mais ou menos agregada do capital africânder, 'indígena' e nacional, supostamente dotado de maior capacidade política, a qual compensaria a sua à partida menor capacidade económica. Do outro lado da barreira e dotado das correspondentes características opostas, com menor capacidade de intervenção política compensada por uma maior capacidade económica, está outro conjunto agregado formado pelo capital inglês local, 'imperial' e estrangeiro. Aos olhos dos africânderes, o capital imperial tendia a ser visto como sendo a agregação do capital inglês localizado na África do Sul e o capital estrangeiro (Fine & Rustomjee, 1998). Na perspectiva dos africânderes³¹⁹, este seria o grande e principal perigo a manter à distância e/ou sob controle: o *geldmaag*, ou

319 Em particular, a fracção bóer, uma vez que a fracção dos chamados Cape Dutch já estava inserida no mundo dos negócios. Como é natural, não é possível traçar fronteiras exactas e esse respeito.

«poder do dinheiro», por sua vez também associado aos judeus³²⁰. Para além dessa primeira divisão ou separação entre capital 'nacional' e capital 'imperial', há ainda a considerar, uma outra e secundária divisão, adentro do capital nacional, entre dois grandes sectores: a agricultura e a indústria fabril. O capital imperial era naturalmente identificado com as actividades mineiras, enquanto o capital nacional, predominantemente africânder, estava associado às actividades agrícolas e fabris, sendo que, no sector do chamado capital nacional, se encontravam também segmentos de imigrantes radicados, mas de origem mais recente, nomeadamente portugueses, gregos ou italianos³²¹.

No quadro desta distribuição de grupos de capital, com interesses o mais das vezes divergentes³²², o Partido Nacional (africânder)³²³, na sua estratégia de conquista do poder político, procurou, muito naturalmente, realizar alianças conjunturais que lhe permitissem chegar ao poder por via eleitoral. Note-se que, ao longo de todo o século xx, foram várias as peripécias por que passou a formação política que se tem especificamente reclamado da defesa dos direitos da 'nação' africânder.

Assim sendo, para os autores que propuseram a classificação desagregada do grupo genérico «capital», acima indicada (Fine & Rustonjee, 1998), a eleição em 1924 do referido Governo do Pacto, assinalou a perda de hegemonia do capital imperial em favor do capital nacional. Isto na medida em que o referido Governo do Pacto representava uma efectiva coligação de interesses entre o Partido Trabalhista, representando trabalhadores imigrados predominantemente de origem britânica, e o Partido Nacional, representando os interesses dos fazendeiros agrícolas africânderes e as aspirações dos bôeres recentemente urbanizados e sem terra.

Este afigura-se um caso interessante, em que as classes capitalistas se encontravam em conflito entre si, enquanto as classes trabalhistas de origem britânica e a burguesia trabalhadora de origem africânder eram levadas à unidade de interesses e de acção. Como é óbvio, a cor da pele, ou a origem étnica europeia comum, se se preferir, funcionava aqui como factor de unidade conjuntural, que, no entanto, se veio a tornar estruturante, face à presença rival quer de trabalhadores, quer de potenciais 'burgueses', africanos. Em consequência daquela perspectiva, e apesar da formação em 1933 do governo de fusão en-

320 Consultar *How the Guard Has Changed Since Rhodes Stormed the SA Economy*, Sunday Business Times, n.º 1215, 1996, em <http://www.btimes.co.za/96/1215/columns/news3.htm>

321 Há também referência a imigrantes alemães mas, por razões históricas, estes diluíam-se entre a comunidade nacional africânder. Devo, aliás, sublinhar que, já desde o período da colonização inicial, muitos dos 'holandeses' eram, em rigor, alemães embarcados em Amesterdão.

322 Designadamente em termos da concorrência pela obtenção da mão-de-obra, ou ainda no que diz respeito à importação de bens de consumo a preços mais reduzidos do que era viável produzir e fornecer localmente.

323 Refundado, em 1934, por Daniel François Malan e, entretanto, já extinto em benefício da formação da actual Aliança Democrática. Em rigor, o primeiro Partido Nacional foi formado, em 1910, por James Herzog; Malan separou-se e refundou o partido, que veio a governar a África do Sul durante quase 50 anos, na sequência da sua fusão com o partido rival de Jan Smuts.

tre os partidos dirigidos por Herzog e Smuts, o que poderia ser interpretado como um regresso a uma ainda que relativa hegemonia do capital imperial, a política económica dos anos do período entre as duas guerras mundiais é já susceptível de ser considerada como representativa dos interesses do capital nacional, em particular no que diz respeito às medidas de fomento e defesa da agricultura e indústrias locais, assim como através do lançamento de empresas estatais, em particular no segmento do ferro e do aço, na electricidade e também nas diversas actividades industriais a montante destes empreendimentos. Um sinal evidente do sentido da política económica de favorecimento do capital nacional africânder, às custas do capital imperial inglês, seria o facto de os fundos necessários para a execução dessa política de fomento das actividades económicas nacionais virem a ser obtidos à custa de diversos impostos especificamente lançados sobre as actividades mineiras. Foi já aqui observado que a empresa é o local social privilegiado de acumulação. Mas tal não significa que a empresa seja o único e exclusivo local de acumulação.

O Estado tem também funcionado como instrumento e local de acumulação, quer através do processo de provisão de infraestruturas físicas, quer através da provisão de serviços, sem os quais o processo societal de acumulação seria certamente menos eficiente. O ponto que, aqui e agora, interessa assinalar é o facto, histórica e empiricamente verificado, de um processo multifacetado de interacções e interpenetrações, no processo geral de acumulação, entre Estado e empresas. No caso concreto que está na base deste estudo, a estratégia de evolução social e económica do grupo africânder ao longo do século xx, o Estado foi utilizado pelos africânderes para, através da sua apropriação, dar origem a um vasto conjunto diversificado de entidades de carácter empresarial (as *parastatals*) e, através destas, acelerar e canalizar primordialmente em seu benefício o processo geral de acumulação a ocorrer na África do Sul. Um exemplo do elevado grau de interpenetração entre o Estado e as empresas na economia da África do Sul é dado pela Câmara das Minas que, em coordenação com o Departamento estatal das Minas e Energia, tem funcionado como um vector estruturante e de planeamento da economia nacional. Fundada em 1889 (dez anos antes da Segunda Guerra dos Bôeres), a *South African Chamber of Mines* representa a indústria mineira, na sua totalidade, em quaisquer negociações com o Estado, designadamente nas políticas de recrutamento de mão-de-obra. Em 1990, a Câmara das Minas da África do Sul incluía na sua estrutura de associados e corpos directivos as seis maiores casas financeiras, representando trinta e seis minas de ouro, vinte e duas minas de carvão e dezasseis minas de diamantes, platina, antimónio, amianto, manganésio, chumbo e cobre. Estas minas eram responsáveis por 85% da produção mineira, sendo os restantes 15% da responsabilidade de algumas pequenas e dispersas

explorações independentes. Para além das negociações no recrutamento de mão-de-obra, era também a Câmara das Minas que administrava a formação profissional aos mineiros, promovia a investigação científica e tecnológica, o processamento e refinação de alguns minérios e realizava a gestão financeira dos fundos de pensões³²⁴. Compreende-se, assim, o interesse dos dirigentes africânderes, enquanto representantes de um grupo 'étnico', em penetrar e, pelo menos, participar activamente na posse e controle de um tal instrumento de gestão da produção e acumulação de capital. Em termos de uma visão de longo prazo, o grupo africânder, apropriando-se do Estado, penalizou sistematicamente o grupo inglês, obrigando-o, ou a pagar impostos mais elevados, introduzindo taxas específicas aplicadas às actividades mineiras, ou através da recolha de rendas de monopólio, no caso das empresas públicas de prestação de serviços de transportes ou de produção e distribuição de energia. Por seu lado, o grupo inglês, local ou associado ao capital imperial, foi sempre pagando esses «impostos ou taxas diferenciadas e específicas», assim como as «rendas de monopólio», na medida em que tais pagamentos pudessem ser – e de facto eram – prosaicamente vistos como «custos de operações».

Como também é evidente, só era possível manter este acordo de cavalheiros entre as duas fracções do capital operantes na África do Sul, à custa da sobreexploração da mão-de-obra africana, paga com salários verdadeiramente de subsistência. Estes salários eram calculados de forma a permitir apenas o pagamento do custo de vida dos trabalhadores individuais, assim como o pagamento do «imposto de palhota», entretanto criado justamente para forçar os camponeses africanos das reservas a procurar trabalho nas minas. Há aqui igualmente a considerar que o apoio ao lançamento e promoção destas diversas actividades económicas, por parte do poder político africânder, tinha como resultado natural a obtenção do apoio político dos trabalhadores brancos, muito em particular através da reserva de actividades profissionais. Importa, no entanto, reconhecer que, como é natural, estamos perante uma leitura algo enviesada, na medida em que se parece atribuir ao jogo político uma preponderância determinante sobre o jogo das relações económicas.

Por outro lado, e no que diz respeito aos problemas da agricultura (o sector económico em que predominava o eleitorado de base africânder) e da mão-de-obra necessária às suas operações³²⁵, só entre 1910 e 1935 o Parlamento elaborou oitenta e sete leis relacionadas com a terra e a agricultura, sendo de sublinhar o facto de este Parlamento ter sempre tido uma elevada proporção

324 Relatório da Câmara das Minas em <http://www.bullion.org.za/welcome.htm> e em http://www.pamp.com/gold_c/Info_site/in_mine/in_min_sa_cham.htm

325 Os agricultores comerciais africânderes entravam em concorrência com as companhias mineiras no recrutamento de mão-de-obra.

de fazendeiros agrícolas africânderes (Horwitz, 1967, p.129). Um ponto em relação ao qual todos os analistas parecem estar de acordo é que, entre 1924 e 1932, o chamado Governo do Pacto, ter conseguido que as diversas fracções do capital chegassem a um primeiro acordo estruturante, com o qual poriam de parte as suas diferenças e conflitos de interesses, de modo a abordar e resolver, de uma vez por todas, a questão fundamental e que a todos acabava por unir: qual a forma para melhor aproveitar e explorar a mão-de-obra ou força-de-trabalho disponível sob a forma de centenas de milhares, se não milhões, de trabalhadores africanos, tudo no interesse básico do processo global de acumulação e crescimento económico.

Começando com o antecedente da chamada «aliança do milho e do ouro»³²⁶ do virar do século XIX para o século XX, veio a alcançar-se, já no período entre as duas guerras mundiais, um compromisso que privilegiava o acesso dos fazendeiros agrícolas, predominantemente africânderes, à mão-de-obra indígena local próxima, portanto de carácter mais prolongado ou mesmo permanente, ao mesmo tempo que se promovia o acesso das companhias mineiras à mão-de-obra imigrante originária dos países e territórios vizinhos. A filosofia subjacente era a da separação e, eventualmente, de desenvolvimento separado, até na medida em que se presumia a viabilidade de reservas de bantustões nas proximidades das áreas agrícolas dos fazendeiros africânderes, enquanto que as áreas mineiras seriam reservadas a mão-de-obra em regime temporário e em renovação permanente.

9.2 Núcleo central e estrutura do tecido empresarial

À semelhança do que acontece com todos os países mais industrializados, também na África do Sul é possível identificar uma determinada organização estruturada dentro do mundo empresarial. Como vimos anteriormente, ao discutirmos África e Globalização, Samir Amin fala-nos das características de economias autocentradas como uma das que melhor identificam as economias nacionais mais industrializadas. No caso da África do Sul, no entanto (e é essa a sua maior especificidade), o núcleo central e determinante de toda a economia, sendo embora localizado e gerido na África do Sul, sendo embora as suas empresas cotadas numa Bolsa de Valores própria e de relevo à escala mundial, havendo embora grandes efeitos de *spill over*³²⁷ que objectivamente

³²⁶ Referência à aliança de interesses entre as empresas mineiras e os primeiros empresários agrícolas que, em finais do século XX e primeiros anos do século XXI, se começaram a dedicar à produção extensiva de milho para prover alimento barato à mão-de-obra africana – o famoso milmeal, ou papas de milho. Alguns analistas consideram a Lei das Terras, de 1913, decisiva para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista virada para a produção e fornecimento de alimentos à recém-iniciada indústria de mineração. Colin Bundy (1988), por exemplo, defende a tese de que esta Lei das Terras assinalou também o fim de uma agricultura camponesa, reforçando os laços de dependência dos camponeses espoliados, relativamente à exploração capitalista na agricultura.

³²⁷ Efeitos a jusante, resultantes de actividade económica central e estruturante. No caso das actividades mineiras, as estruturas de

beneficiam e enriquecem a estrutura base da economia, pelo menos de uma perspectiva mercantil actual, a verdade é que esse núcleo central do mundo empresarial sul-africano acaba por constituir, não um sistema autocentrado e autónomo, com efeitos de elevada retroacção positiva ou de auto-sustentabilidade, mas por funcionar antes como aquilo que poderíamos considerar como um gigantesco entreposto de mineração³²⁸. No entanto, se tivermos em conta que um dos requisitos funcionais, programados e actuais desse gigantesco entreposto de operações mineiras é o de garantir a mobilidade dos factores e, por conseguinte, a mobilidade do capital entre sectores e empresas, importa considerar minimamente a forma como está estruturado o tecido empresarial na África do Sul.

Não é tarefa fácil delinear com exactidão as fronteiras que delimitam um conjunto específico de empresas que acabam por fazer parte daquilo que, utilizando a terminologia encontrada em Ben Fine e Zavareh Rustomjee (1998), também aqui designamos por «complexo energético-mineiro», porque se trata de um conjunto em permanente mutação, com tomadas de posição, de capital e de controle accionário, entrecruzadas umas nas outras e com negociações permanentes no sentido de realizar fusões, separações e aquisições entre as diversas empresas, sendo que as decisões a esse respeito são sempre tomadas de acordo com uma dinâmica de percepções de interesses, em permanente mudança, por parte dos actores envolvidos. Tudo isto, tendo como pano de fundo a tendência cíclica de longo prazo para a concentração por parte das empresas, comum a todo o sistema económico mundial. Em todo o caso, e no que diz respeito ao sector mineiro, deve assinalar-se um ininterrupto processo de aglomeração o qual tem, necessariamente, conduzido a uma redução permanente do número de companhias mineiras independentes, desde fins do século XIX até aos dias de hoje³²⁹. A grande alteração de carácter estrutural entretanto verificada, está no facto de, enquanto em fins do século XIX o «sistema de casas financeiras-companhias mineiras» era exclusivamente constituído por ingleses ou 'alemães' ou 'judeus'³³⁰, em fins do século XX encontramos já grupos africanos plenamente integrados no sistema. Este processo de aglomeração e de consolidação tem naturalmente continuado a evoluir até, pelo menos, fi-

transportes e portos, a construção de aldeamentos e instalações fabris, as actividades comerciantes e agrícolas ligadas à exploração mineira.

328 Parece haver aqui alguma inconsistência em relação a uma afirmação anterior, sobre a condição da África do Sul como subsistema com algum grau de retroacção positiva, inconsistência aparente que convém esclarecer. Quando os spill over effects atingem uma dimensão suficientemente grande para 'prender' a África do Sul ao resto dos países mais industrializados. O tipo, quantidade e significado estratégico das actividades mineiras contribuem significativamente e constituem uma espécie de rede de 'cadeias de transmissão', ligando irrevogavelmente a África do Sul aos destinos dos países mais industrializados.

329 O processo é antigo e, só a título de ilustração, assinala-se que, das 576 companhias mineiras existentes no Rand em 1887, só 57 existiam ainda em 1932 (Frankel, 1938).

330 Indicam-se os nomes de alguns dos principais empresários aventureiros de então: Cecil J. Rhodes, Charles Rudd, Hermann Eckstein, J.B. Robinson, Alfred Beit, Julius Wernher, Samuel Marks, Barney Barnato...

nais dos anos 90. Assim, a actual estruturação de grandes grupos económicos na África do Sul, podia, há uns anos atrás (2004), resumir-se aos seguintes seis grandes conglomerados:

1. **SA Mutual**, englobando as seguintes grandes empresas ou subgrupos de empresas: South Africa Mutual, Nedbank, UAL Merchant Bank Ltd³³¹ (entretanto transformado em Nedcor Investment Bank), Permanent Building Society, Barlow Rand³³² e Rand Mines. Este grupo é tradicionalmente associado ao chamado capital nacional africânder.
2. **Sanlam**, englobando as seguintes grandes empresas ou subgrupos de empresas: Sanlam, Trust/Sanlam Bank, Senbank, Gencor e Malbank. Este grupo é tradicionalmente associado ao chamado capital nacional africânder.
3. **Anglo American Corporation**, a qual engloba as seguintes grandes empresas ou subgrupos de empresas: AMIC-Anglo American Industrial Corporation, Southern Life, First National Bank, First Corporate Bank, Amgold ou Anglo American Gold Corporation Ltd, Amcoal ou Anglo American Coal Corporation Ltd, De Beers Group e JCI-Joanesburgo Consolidated Investments Ltd.³³³ Este grupo faz parte do núcleo central tradicionalmente associado ao chamado capital imperial ou inglês.
4. **Liberty/Standard**, englobando as seguintes empresas: Liberty Life, Standard Bank e SCMB-Standard Chartered and Merchant Bank Ltd. Este grupo faz parte do chamado capital imperial ou inglês.
5. **Rembrandt/Volkskas**, o qual, por sua vez, engloba grupos como o ABSA-Allied Banks of South Africa (Trust Bank, Volkskas, United e Allied), Lifegro/Federated Life, Rand Merchant Bank, UBS-United Building Society, Remgro e GFSA-Gold Fields of South Africa. Este grupo é tradicionalmente associado ao chamado capital nacional africânder, sendo de assinalar a sua origem genuinamente empresarial e sem interferência do Estado.
6. **Anglovaal** englobando todo um conjunto de grupos de empresas com esse mesmo nome genérico, mas envolvidas em diversas actividades tais como a Avgold, a Avmin ou Anglovaal Mining Ltd e a AVI-Anglovaal Industries Ltd. Também este grupo se pode considerar como estando tradicionalmente associado ao capital nacional africânder. No entanto, como o próprio nome indica, é já um indicador da interpenetração.

A existência destes seis grandes eixos de actuação, assim como a existência de uma forte tradição de grande associativismo empresarial³³⁴, leva-nos a perspectivar o subsistema económico sul-africano como uma economia mista,

331 Resultante de anterior fusão dos United Banks, Amalgamated Life Insurance e Liberty Bank.

332 Grupo de construção civil originado na representação local dos equipamentos Caterpillar (remoção de terras).

333 Entretanto vendida a um empresário negro, Mzi Khumalo, no quadro do movimento de black empowerment.

334 A Câmara das Minas é exemplo paradigmático.

pelo menos no sentido de uma economia onde se verifica um elevado grau de planificação de actividades económicas a médio e longo prazo. Por outro lado, e ao contrário do que acontece com outros países industrializados, pode também constatar-se um elevado grau de integração, ou de interpenetração recíproca, entre segmentos de actividade estruturalmente distintos, muito em particular a banca e as minas³³⁵.

9.3 A ideia de um complexo energético-mineiro, ou o verdadeiro significado e dimensão das actividades mineiras

A existência de um conjunto bem estruturado de conglomerados empresariais, dedicando-se às mais diversas actividades económicas, não constitui uma especificidade da África do Sul, encontrando-se estruturas similares em muitos outros países. A especificidade da África do Sul reside no facto de que, quase toda a actividade económica mais significativa, quer em termos de volume de negócios, quer em termos de volume de emprego, quer ainda em termos de cadeia de fluxos e interligações interindustriais, acabar por estar baseada na actividade mineira.

Ben Fine e Zavareh Rustomjee (1998) analisaram e discutiram criticamente a questão do processo de industrialização da África do Sul, questão que, no contexto das teorias da dependência e da «industrialização por via da substituição de importações», assume aspectos naturalmente polémicos. De facto, e ao contrário do que parece poder ter sucedido com outros países de industrialização mais tardia, pode-se argumentar que o processo de industrialização que decorreu na África do Sul não foi, de todo, motivado por uma «política de substituição de importações». O argumento básico produzido por alguns analistas como Ben Fine e Zavareh Rustomjee é que a industrialização ocorrida na África do Sul, foi, desde sempre, basicamente determinada pelas necessidades próprias e operacionais das explorações mineiras. Fine e Rustomjee consideraram, em particular, o papel desempenhado pelo chamado «complexo energético e mineiro» na evolução da economia política da África do Sul, ao longo de todo o século xx, e em particular a partir dos anos 20. Embora faça uso extensivo das investigações destes dois autores, devo esclarecer que o meu objectivo não é propriamente uma análise ou discussão da forma como se processou, ou deixou de se processar, a industrialização efectivamente verificada na África do Sul.

Como tenho afirmado, o meu objectivo é, antes, o estudo do itinerário prosseguido pelos diversos actores sociais na África do Sul, ao longo do sé-

335 Veja-se a similitude com países como o Japão ou a Coreia do Sul.

culo xx, no contexto do processo geral de globalização. No caso particular dos africânderes, verifica-se que o «complexo energético-mineiro» veio a ser o instrumento privilegiado escolhido e parcialmente apropriado pelos africânderes, como meio para alcançar o objectivo primordial de plena integração na economia mundial, em pé de igualdade com os antigos senhores, dominadores e herdeiros do Império Britânico.

A economia sul-africana, sendo de carácter misto³³⁶, era até meados dos anos 90, claramente dominada pelos seis grandes conglomerados já acima referidos. Considerando o facto de estes seis conglomerados exercerem o seu controle de forma transversal aos diversos sectores de actividade, designadamente, ou em particular, a mineração, a fabricação e as finanças, parece conveniente, de um ponto de vista analítico, perspectivar também estes conglomerados como «eixos de capital». A existência destes seis conglomerados, em conjunção com os departamentos de Estado responsáveis pela regulação ou coordenação das actividades produtivas, deu origem a um sistema produtivo estruturado e integrado a que parece razoável chamar de «complexo energético-mineiro». Embora se tenha já também falado de uma «aliança ouro-milho» para referir o grau de integração entre as actividades agrícolas, designadamente a produção de milho para alimentar a mão-de-obra africana mineira³³⁷, e as actividades mineiras, dado o seu papel determinante no devir social e económico da África do Sul, vou aqui apenas referir, ainda que muito sucintamente, a estrutura empresarial que caracterizava aqueles seis grandes eixos do capital sul-africano, nas vésperas da transição para a democracia e fim do regime de *apartheid*.

A constatação do carácter de conglomeração da economia sul-africana não constitui propriamente uma novidade, até na medida em que tal aglomeração e interpenetração de diversos tipos de actividades económicas, em maior ou menor grau de concentração, tal como atrás referi, parece ser típico das economias capitalistas avançadas. No caso da África do Sul, a discussão da concentração capitalista tem sido feita em termos da análise dos custos e benefícios de concentração, tendo em conta um processo económico, mais ou menos eficiente, de acumulação. Nesta discussão está subjacente a já referida polémica entre liberais e marxistas, a qual, quanto a mim, deixa por analisar o objectivo central das elites africânderes.

³³⁶ Utilizo aqui a terminologia anglo-saxónica para caracterizar as economias em que o Estado tem um papel preponderante, embora se verifique um respeito de base pelas elementares regras do mercado.

³³⁷ Segundo as fontes consultadas, o milho foi introduzido na África do Sul a partir de Moçambique, para onde fora levado pelos portugueses, tendo sido rapidamente aproveitado, primeiro pelos camponeses africanos, para fornecer os emergentes mercados urbanos e, depois, pelos agricultores africânderes. Estes receberam apoio do Estado para eliminar a concorrência do campesinato nativo e forçá-lo à proletarianização (Bundy, 1988).

Para os analistas liberais o processo de acumulação teria sido mais rápido e eficiente se o Estado não só não tivesse intervindo na actividade económica propriamente dita, mas tivesse efectivamente garantido a livre concorrência em todos os mercados, impedindo ou dificultando assim a aglomeração que se veio de facto a verificar. Para os analistas marxistas, antes pelo contrário, a aglomeração empresarial faz parte da lógica intrínseca do processo de acumulação e, no caso da África do Sul, foi mesmo instrumental para acelerar esse processo de acumulação. Quando se refere que a economia sul-africana é uma economia mista, pensa-se não só no facto de o Estado ser proprietário e controlar directamente as operações de um certo número de empresas, fundamentais para o funcionamento de qualquer economia avançada, designadamente nos sectores estratégicos da energia e dos transportes, mas também no facto de o Estado ter, ao longo de décadas, sistematicamente utilizado os seus recursos e poder de decisão para afectar, de um modo muito claro, a forma como se tem processado o «desenvolvimento» da economia do país em geral e de uma determinada fracção económica e social em particular.

Em todo o caso, é importante assinalar que a expressão «economia mista» não tem aqui exactamente o mesmo significado que tem na literatura convencional, na qual evoca conceitos como «social-democracia», «estado providência» ou, em particular, «planificação indicativa». O que é aqui importante assinalar é o facto de o Estado sul-africano ter sistematicamente utilizado a propriedade e o controle das operações de algumas das suas empresas públicas, para prosseguir determinados objectivos estratégicos e para condicionar ou influenciar de forma decisiva a direcção e o modo de desenvolvimento do já referido complexo energético-mineiro³³⁸, em benefício da comunidade africana e em detrimento parcial do segmento de capital inglês, e sempre às custas da sobreexploração dos trabalhadores africanos.

Em larga medida, a coordenação das actividades económicas das empresas e dos diversos conglomerados do capital privado tem sido conseguida através do funcionamento institucional dos seus próprios organismos representativos, em particular através da poderosa Câmara das Minas. Fundada há mais de cem anos, a Câmara das Minas está situada no núcleo do complexo energético-mineiro. Cada um dos principais grupos produtores mineiros está ali representado por dois delegados, mais um representante na respectiva Direcção Executiva. A Câmara das Minas sempre dispôs de um substancial orçamento³³⁹, em resultado das quotizações subscritas por todas as companhias mineiras. Entre as actividades delegadas ou a cargo da Câmara das Minas, há

338 Assinale-se que, já em 1932, numa comunicação à Economic Society of South Africa, Van Der Horst apontava o grau de controle estatal sobre as principais actividades agrícolas (Horwitz, 1967, p. 148).

339 Em 1980, era 300 milhões de randes, então o equivalente a USD200 milhões.

que assinalar as negociações salariais com os sindicatos, assim como, e em particular, as condições de recrutamento e distribuição da mão-de-obra migrante, em particular a oriunda dos países vizinhos. Isto para além de múltiplas actividades de investigação e desenvolvimento, assim como de treino e desenvolvimento profissional. Do lado do Estado a coordenação global das actividades do complexo energético-mineiro estava a cargo do Departamento das Minas e Questões Energéticas. Acrescente-se também que as próprias empresas multinacionais que actuavam como fornecedoras de diverso material, equipamento e serviços de apoio às actividades mineiras e complementares, acabavam por se estruturar internamente de modo a poderem melhor responder à procura efectiva e aos requisitos de planeamento por parte das empresas integrantes deste complexo energético-mineiro³⁴⁰. Assinale-se ainda que o peso e influência do lóbi político africânder se alargava até às nomeações, para cargos de direcção ou de planeamento estratégico, mesmo em empresas multinacionais não dependentes, nem do Estado, nem de empresas de propriedade africânder.

Na sua exposição e análise, Fine e Rustonjee fazem uso extensivo dos conceitos de «agência» e «ligações» (*linkages*) de modo a clarificar a sua asserção relativamente ao elevado grau de dependência da economia sul-africana em relação ao núcleo central do chamado complexo energético-mineiro, no que diz respeito à sua conformação estrutural. Nessa abordagem fazem um uso extensivo da metodologia convencional de análise de entradas e saídas, ou de fluxos intersectoriais de actividade económica, à *la Leontieff*. Chegam, assim, à demonstração de que o sector mineiro e todos os subsectores a montante e a jusante a ele associados, acabam por constituir o *locus* determinante do processo global de acumulação que, desde há décadas (ao fim e ao cabo, desde as últimas décadas do século XIX), tem estado a ocorrer na África do Sul. Esta demonstração é importante, na medida em que as estatísticas sul-africanas, ao referirem dados como «indústria fabril» separadamente de «actividade mineira», criam a ilusão de um crescimento das actividades fabris independentemente das actividades mineiras que, em rigor, lhe estão subjacentes. De facto, as estatísticas sul-africanas dividem o sector mineiro em quatro subsectores: ouro, carvão, diamantes e outros. O sector industrial fabril, por seu lado, compreende toda uma área de actividades produtivas ou de valor acrescentado, designadamente as actividades cuja oportunidade brota, quer da existência, quer das necessidades, das explorações mineiras. Assim sendo, as estatísticas oficiais acabam por transmitir uma imagem enviesada da realidade do processo de industrialização, em particular quando permitem a alguns analistas tirar

340 Observação directa do autor.

ilações do tipo «a actividade fabril ultrapassou a actividade mineira em termos de valor acrescentado bruto».

A título de ilustração, e relativamente aos múltiplos e diversos processos de produção mineira, há que considerar diversos processos de produção fabril ou agroflorestal relacionados com a mesma actividade mineira, assim como actividades de suporte e manutenção de máquinas e equipamentos, actividades exercidas localmente nas diversas regiões da África do Sul. Refiro-me, por exemplo, a actividades como a plantação industrial de pequenas e grandes florestas de eucaliptos e/ou pinheiros (o termo genérico acaba sendo simplesmente *pine trees*), destinadas a corte periódico para fabricação de travejamentos para os túneis e galerias subterrâneas das minas, e ao aproveitamento subsidiário, ou derivado, que depois se faz, para outros fins, dessas mesmas plantações florestais. O que é importante e importa sublinhar é que nada disso existiria se não fosse a existência originária e determinante da actividade mineira.

Ainda em relação aos diversos processos globais de produção mineira nos quatro grandes subsectores acima mencionados, há que considerar a instalação inicial, exploração e manutenção das diversas infraestruturas de transportes de bens e serviços, quer a montante, quer a jusante, para não falar dos diversos processos subordinados ou dependentes da sua própria produção inicial.

Resumindo, a ideia de um complexo energético-mineiro é relativamente simples: a economia da África do Sul, já razoavelmente diversificada, continua a ser, estruturalmente falando, um gigantesco «campo mineiro». Este campo mineiro, por sua vez, precisa, para as suas operações, de toda uma panóplia de bens e serviços que só são processados localmente, sob a forma de «industrialização» e «pós-industrialização» convencional, quando tal é conveniente de um mero ponto de vista do cálculo empresarial de «custos e benefícios». Ou então, e é também isso que faz a especificidade da economia política da África do Sul, se tal opção, designadamente a de fabricação local, fosse conveniente ou do interesse do poder africânder na sua senda em direcção à paridade com os ingleses. Ou seja, decididamente, as estatísticas não contam a estória toda...

9.4 O movimento económico pan-africânder, ou o interesse das abordagens institucionalista e histórica em análise económica

Uma análise do projecto e do processo de aproximação acelerada ao estatuto social e económico dos ingleses na África do Sul, por parte dos africânderes, tem que se situar nos antípodas analíticos da útil ficção teórica do *homo economicus*. Na análise deste processo histórico, verifica-se de facto que o projecto foi elaborado, e o processo desenvolvido ao longo de décadas, sem-

pre com base num sentimento étnico identitário e de pertença, e nas chamadas «redes de reciprocidade», instrumento analítico de uso comum entre sociólogos, antropólogos e economistas de pendor institucionalista.

O lançamento e a prolongada existência de uma associação com os objectivos e características da *Afrikaner Broederbond* é, por si só, um claro indicador da permanente tensão de interesses que, ao longo das décadas, atravessou a comunidade africânder, assim como dos variados e sucessivos grupos políticos que, ao longo do século xx, se foram reclamando de uma maior representatividade da 'nação' africânder. Se há interesse em balizar minimamente este processo, diremos que a história começa em Junho de 1918, quando um grupo de jovens africânderes, desiludidos com a situação social e política na África do Sul no pós-guerra e com os compromissos do governo do chamado Partido da África do Sul, de Jan Smuts³⁴¹, resolveu organizar-se numa associação a que então chamaram *Jong Suid Afrika* («Jovem África do Sul»), tendo, logo no ano seguinte, alterado o nome para *Afrikaner Broederbond* («Irmandade Africânder»). O objectivo explícito desta organização era manter e reforçar a cultura africânder³⁴², desenvolver uma economia nacional africânder e alcançar, para isso, o controle do governo da África do Sul. Ao longo dos anos 30, e aproveitando as celebrações do Centenário do Grande *Trek*, a *Afrikaner Broederbond* acentuou a sua actividade política³⁴³ e, dado o seu carácter 'secreto', foram criadas outras organizações com maior grau de visibilidade, em especial a *Federasie van Afrikaanse Kultuurvereniginge* («Federação das Sociedades Culturais Africânderes»). A influência política da *Afrikaner Broederbond* tornou-se visível quando, em 1934, James Hertzog decidiu fundir o seu Partido Nacional com o Partido da África do Sul, de Jan Smuts, para formarem o Partido Unido³⁴⁴. Em resultado dessa fusão, contrária à ideologia da *Broederbond*, os elementos mais radicais e nacionalistas deixaram o Partido Nacional e formaram o *Herenigde Nasionale Party* ou Partido Nacional Reunificado, sob a liderança de André Malan. Tal decisão, como é óbvio, não agradou aos africânderes partidários do compromisso com o *status quo* britânico, representados pelo novel Partido Unido. É assim que, em Novembro de 1935, o primeiro-ministro do governo do Partido Unido, James Herzog (africânder) declarou publicamente que:

341 Importa lembrar que Jan Smuts, apesar de africânder e da sua participação activa na guerra, do lado das repúblicas bôeres, tinha uma mundivisão cosmopolita e um posicionamento político pró-Império Britânico.

342 Antecipando em décadas o refluxo identitário face à globalização.

343 Foram notórias as suas simpatias pela Alemanha nazi, no confronto com a Grã-Bretanha.

344 Esta evolução de Herzog aos ziguezagues entre um «africanderismo» localista e uma visão mais internacionalista é bom exemplo da permanente adaptação táctica, por parte de dirigentes das elites africânderes, relativamente ao prosseguimento permanente de um objectivo estratégico, adaptação que foi constante ao longo das décadas seguintes.

Não há dúvidas que a Broederbond secreta não é mais do que o HNP operando secreta e camufladamente e que o HNP não é mais do que a Afrikaner Broederbond secreta, operando publicamente.³⁴⁵

No fim de 1938, com as celebrações do Centenário do Grande *Trek*, o nacionalismo africânder tornou-se cada vez mais popular, tendo sido desenvolvidas algumas outras organizações afiliadas, em particular a *Reddingsdaadbond*³⁴⁶, a qual tinha como objectivo a promoção económica dos africânderes mais pobres. Ao longo dos anos da Segunda Guerra Mundial, aumentou ainda mais o apoio da comunidade africânder ao HNP, assim como a influência social e política da *Afrikaner Broederbond*, muito em particular na administração pública. Assim, em 1947, a *Broederbond* controlava já totalmente, ainda que de forma algo clandestina, o Departamento de Assuntos Raciais (SABRA, *South Africa Bureau of Racial Affairs*), tendo sido este grupo de membros da *Broederbond* quem veio a desenvolver o conceito de segregação total.

Muito em particular, foram feitas alterações significativas aos limites dos distritos eleitorais, de modo a favorecer os círculos rurais. O resultado foi que, em 1948, embora o Partido Unido tivesse recebido a maioria dos votos, foi o HNP, com o apoio do pequeno Partido Africânder, quem ganhou o maior número de distritos eleitorais, acedendo assim ao poder. Assinale-se também que todos os Chefes de Estado e primeiros-ministros que governaram a África do Sul, desde então e até ao fim do regime de *apartheid*, eram membros da *Afrikaner Broederbond* (Bunting, 1969).

Por outro lado, e também em consequência desta vitória do Partido Nacional, foi ainda intensificado o recrutamento de africânderes para preencher as necessidades alargadas da administração pública de um Estado cada vez mais interventor na vida económica. Consolidou-se, assim, a resolução do antigo problema dos *poor whites*³⁴⁷, enquanto crescia a base de apoio social da *Broederbond* e a base eleitoral e política do Partido Nacional. Como efeito paralelo da integração de milhares de africânderes, menos qualificados, na administração estatal e serviços públicos, temos que assinalar, quer a gradual maior qualificação profissional que assim lhes foi proporcionada, quer a geração de milhares de pequenas fontes familiares de poupança, as quais foram devidamente canalizadas para a *Volkskas*.

Entretanto, no plano do mundo empresarial e para além do lançamento de empresas estatais, o movimento económico pan-africânder teve um primeiro e significativo impulso, a partir de dois tipos e grupos de personalidades distin-

345 <http://africanhistory.about.com/library/glossary/bldef-broederbond.htm>

346 Associação de Socorros Mútuos.

347 Basicamente, pequenos fazendeiros e trabalhadores agrícolas africânderes, arruinados pela transição política, social e económica decorrida nas décadas a seguir às descobertas mineiras.

tas: por um lado os quadros directivos, técnicos e financeiros que se movimentavam à volta da Sanlam³⁴⁸ (*Suid-Afrikaanse Lewensassuransiematskappij*)³⁴⁹, dirigidos por W.A. Hofmeyr e M.S. Louw e, por outro lado, os teóricos, ideólogos e activistas da já referida *Broederbond*, que se movimentavam à volta e no interior da administração da Volkskas. Cada um destes dois grupos, para além de serem os principais beneficiários do movimento de concentração de capital africânder, estava directamente ligado à sua própria facção política dentro do Partido Nacional. O grupo dos quadros técnicos e financeiros da Sanlam, aos Nacionalistas do Cabo, exprimindo as suas ideias através do jornal *Die Burgher*, enquanto o grupo dos teóricos, ideólogos e activistas da *Broederbond* estavam ligados ao grupo dos Nacionalistas do Norte (Pretória-Transvaal) e exprimiam as suas ideias através do jornal *Die Transvaaler*. A Sanlam teve a sua origem numa companhia de seguros privada, formada por capitalistas africânderes da Colónia do Cabo, em 1918, enquanto a Volkskas (uma espécie de Montepio) resultou de uma iniciativa governamental, justamente a instâncias de membros da *Broederbond*.

Reconhecendo a incapacidade de competição séria com o capital imperial, ou inglês nacional, predominante nas actividades mineiras, sem ser com base em economias de escala, o segundo Congresso Económico do Povo (o *Ekonomiese Volkskongres*), organizado a instâncias da *Broederbond*, lançou, em 1950, as bases de acção para as décadas de 50 e 60. Em linhas gerais, foi decidido que teriam que acabar os apoios às pequenas iniciativas e às pequenas e microempresas, na medida em que era explicitamente reconhecido que estava condenada à partida qualquer estratégia de acumulação baseada em pequenos investimentos. Assim, e por outro lado, só seriam lançados empreendimentos económicos de grande escala, por iniciativa ou sob a coordenação, controle ou direcção de companhias de investimentos controladas pela Sanlam (O'Meara, 1983, pp.18-19). Em consequência desta linha estratégica, aprofundaram-se as diferenças e perspectivas ideológicas entre, por um lado, os estrategos e operacionais da grande finança (como estratégia de acumulação, de forma a alcançar a paridade com o capital inglês nacional) e, por outro lado, os pequenos comerciantes, funcionários e pequenos industriais de uma pequena burguesia africânder que se começava a sentir como que única intérprete dos sentimentos e ansiedades do *Volk* (povo). Se os «financeiros do grande capital» (chamemos-lhes assim por comodidade de linguagem) precisavam do apoio

348 A Sanlam começou por ser apenas uma companhia de seguros de vida, lançada em 1918, em paralelo com o lançamento da *Broederbond* e que tinha como objectivo específico a recolha e concentração as poupanças dos africânderes. Tal como se afirma na sua declaração empresarial, «The key to survival, whether of a species or an organization, lies in the ability to adapt. Sanlam's beginnings were rooted in the common vision of a small group of men. In 1918, the goal was the economic empowerment of the Afrikaner. Since then, that vision has expanded to encompass all-inclusive empowerment of all groupings in South Africa.» Ver <http://www.sanlam.co.za/eng/aboutus/companyinformation/history/sanlam+history.htm>

349 Sociedade Sul-Africana de Seguros de Vida.

das estruturas do Estado para os seus empreendimentos e eventuais incursões no sector mineiro, o Partido Nacional, por sua vez, precisava do apoio político e eleitoral dos «pequenos comerciantes e funcionários» para se manter no poder. É esta situação de conflitualidade latente que se vai mantendo, durante mais de quatro décadas.

A promoção do capital financeiro africânder em fins dos anos 40 e durante os anos 50, na sequência, portanto, da vitória do Partido Nacional nas eleições de 1948, processou-se em paralelo com o lançamento de alguns empreendimentos na mineração do ouro, então a actividade nuclear do complexo energético-mineiro, além de se constituir como um desafio ao predomínio absoluto do capital financeiro de base inglesa, no que diz respeito à mobilização dos fundos necessários para o financiamento dos diversos empreendimentos próprios do processo de industrialização. Este movimento estratégico envolveu três vertentes fundamentais: em primeiro lugar, a criação de empresas estatais para actuação nos segmentos estratégicos e estruturantes da economia; em segundo lugar, a aplicação de uma política comercial de protecção aduaneira; em terceiro lugar, uma política de descentralização industrial e de promoção de pequenas e médias empresas. A implementação destas três vertentes fundamentais implicava a adopção de três tipos de medidas ou compromissos: o reconhecimento e acomodação, por parte dos bancos até então predominantes e de origem inglesa (Barclays e Standard), relativamente à actuação das novas e emergentes instituições financeiras de base africânder; o fortalecimento das empresas africânderes por meio do patrocínio estatal; finalmente, a criação de um mercado de capitais de longo prazo.

Como é natural tudo vinha a desembocar nos diversos mecanismos, não só de maior eficácia e eficiência na criação de valores excedentes, mas também na recolha e agregação das diversas multitudes de poupanças que daí pudessem resultar.

9.5 A política de intervenção industrial

Encontra-se na literatura um consenso relativamente alargado no que diz respeito ao facto de ter sido, durante o período entre as duas guerras mundiais, que primeiro se verificou o que se pode designar por «política industrial». Essa política parece ter sido relativamente bem sucedida em conseguir algo que se pode, de facto, chamar «industrialização», embora se devam fazer algumas observações a esse respeito, muito em particular no que se relaciona com o que se entende por «industrialização», na medida em que tal processo é muitas vezes visto ou caracterizado como originando um conjunto de modificações

ocorridas nos pesos relativos das actividades agrícolas, fabris e de mineração, no cômputo geral do produto interno.

Assim, entre 1918 e 1939, as actividades fabris (indústria privada) cresceram de 9,8% para 17,7% do PIB. As actividades mineiras (quase que exclusivamente na posse de capital imperial) flutuaram entre 15,2% em 1922 e 23,8% em 1933, enquanto as actividades agrícolas (predominantemente de capital nacional africânder), mesmo que crescendo em termos absolutos e tendo-se aí verificado também alguns importantes desenvolvimentos qualitativos, acabaram por ver reduzida a sua importância relativa, ao cair de 20,2% em 1918 para 12,2% em 1939 (Fine & Rustomjee, 1998). Note-se que a formulação e execução da política agrícola estava normalmente sujeita a várias fases ou tipos de intervenção. Começava-se pela elaboração de leis aprovadas pelo Parlamento e que permitiam ao ministro da Agricultura regulamentar e controlar directamente determinadas actividades ou produtos agroindustriais. Na sequência da elaboração dessas leis, eram institucionalizados ou organizados secretariados de controle de determinadas culturas, produtos ou actividades (açúcar, milho, tabaco) com forte representação dos fazendeiros ou agroindustriais, ou das respectivas associações de classe envolvidas em cada caso particular. Uma variante deste método de organizar os secretariados de controle era a delegação formalizada institucionalmente, ou simplesmente assumida como existente, da responsabilidade social da regulação de actividades em associações económicas privadas preexistentes, como as cooperativas do milho ou da KWV, *Kooperatiewe Wijnbouwers Vereeniging*³⁵⁰, para o caso da vinha e do vinho.

A política proteccionista, a partir de 1925, portanto logo a seguir à chegada ao poder do chamado Governo do Pacto, tem sido, por vezes, interpretada na literatura como sendo favorável aos interesses agrícolas e fabris, à custa dos interesses das empresas mineiras, na medida em que eram estas que incorriam em mais elevados custos de produção em geral e de mão-de-obra em particular. A situação é, no entanto, algo mais complexa e a análise deverá ter que levar em linha de conta as ligações, formalmente estabelecidas ou não, de forma planeada ou não, entre os diversos sectores agrícolas e os sectores fabris a jusante e entre estes dois sectores e o sector mineiro. Considere-se o facto de os segmentos fabris dependentes do sector agrícola terem que suportar custos de produção mais elevados, sem que, no entanto, a política proteccionista que conduzia a esses custos mais elevados desse, por seu lado, origem ao estabelecimento de ligações estruturais e consolidadas entre os diversos tipos de actividades.

³⁵⁰ *Cooperativa vitivinícola da Província do Cabo que se apresenta, hoje, como multinacional, com interesses em diversos países.*

Tal como era reconhecido pelo Secretariado do Comércio e Indústria (BTI, ou Board of Trade and Industry), o que sucedia era a prossecução sistemática de políticas de conjuntura. Dando o exemplo de um subsegmento da indústria alimentar, «os produtores de biscoitos têm que comprar açúcar, glicose de milho e leite em pó, com elevados índices de protecção aduaneira e essa protecção à agricultura obriga à protecção aduaneira das actividades industriais, se quisermos que as fábricas locais utilizem matérias-primas sul-africanas» (BTI, Relatório n.º 282 in Horwitz, 1967, pp. 248-9). Como consequência perversa do apoio e protecção à agricultura sul-africana, começou também a verificar-se o caso de, por via do *dumping* nos mercados internacionais de excessos de produção agrícola verificados na África do Sul³⁵¹, haver casos de fabricantes estrangeiros que podiam obter algumas das matérias-primas, necessárias à sua produção, a preços mais reduzidos do que os conseguidos pelos próprios fabricantes sul-africanos.

Segundo G. Alexander (também citado por Fine e Rustomjee), as razões para o relativo falhanço da agricultura sul-africana não foram tanto as condições naturais do país, mas sim e sobretudo os métodos menos eficientes utilizados pela maioria dos fazendeiros agrícolas (Van Zyl, Binswanger & Thirtle, 1995). Para o caso, Alexander (1935) compara a situação da África do Sul com as situações da Dinamarca ou da Nova Zelândia, países que apesar das distâncias e custos relacionados, conseguiam colocar nos mercados sul-africanos produtos equivalentes, a preços mais reduzidos.

A principal razão explicativa para tal facto era, mais uma vez, a ausência de uma estratégia coerente, abrangente e equilibrada de estabelecimento de ligações estruturais entre os diversos sectores e segmentos da economia como um todo. Estratégia coerente que deveria pressupor uma homogeneidade social ou a indiferença, por parte do Estado, relativamente à origem étnica do capital. Tal como já foi assinalado, o que tendia sistematicamente a suceder era a adopção de sucessivas políticas de conjuntura. Por outro lado, e ainda como ilustração do relativo fracasso da política agrícola prosseguida pelo Estado durante o período entre as duas guerras, relativo fracasso que se considera ser o resultado da ausência de uma estratégia intersectorial abrangente, aponta-se a desproporção de valores investidos no fomento da indústria do ferro e do aço, por um lado, e no fomento da agricultura comercial e industrial, por outro. Os números avançados são bem claros e quase falam por si sós: o custo dos subsídios agrícolas num só ano (1933) foi estimado em 7.500.000 libras, ou seja,

351 Claro que os excessos de produção não consideravam de todo as necessidades ou as eventuais capacidades de consumo por parte da população nativa. A racionalidade subjacente à existência de excedentes é sempre a da procura solvente no mercado de bens de consumo, o que no caso da África do Sul em regime de apartheid assumia aspectos de racionalidade por redução ao absurdo.

mais do dobro do que os 3.500.000 gastos com a ISCOR (siderurgia nacional) em cinco anos, entre 1929 e 1933 (Alexander, 1935).

Uma tal discrepância, assim como a relativa pobreza dos resultados conseguidos no sector agrícola, é geralmente atribuída à dispersão e fragmentação dos interesses locais e regionais prevaletentes no sector agrícola, em contraste com uma política central, cujo objectivo principal era a promoção do capital africânder nos segmentos mais importantes e significativos da actividade económica – finanças, minas e indústria pesada –, sendo que, para a continuada prossecução dessa política industrial, era fundamental (essencial mesmo) o continuado apoio político e eleitoral dos sectores populacionais africânderes, maioritariamente ainda envolvidos nas actividades agrícolas. Por outras palavras, o apoio político dos farmeiros africânderes, essencial à manutenção no poder do Partido Nacional, era obtido à custa de uma prática relativamente generosa de distribuição de subsídios agrícolas e de fácil obtenção de mão-de-obra barata, independentemente de considerações de rentabilidade desses subsídios, a médio ou longo prazo.

A esse respeito, é interessante assinalar o caso exemplar dos vitivinicultores da Província do Cabo, filiados na KWV. A grande diferença aqui era de cultura e formação técnica adequada, assim como de uma perspectiva mercantil moderna. Os vitivinicultores do Cabo estavam inseridos numa antiga tradição de agricultura mercantil e associados ao ambiente urbano e cosmopolita dos *burghers* do Cabo, por oposição aos farmeiros bôeres de tradição auto-suficiente ou de autarcia nos planaltos do interior. A capacidade de mobilização e de influência política deste agrupamento socioeconómico fica bem patente no facto de nenhuma das recomendações feitas por diversas comissões de inquérito do Secretariado do Comércio e Indústria, desde 1934 até meados dos anos 80, recomendações que iam sempre no sentido de desmembrar aquela poderosa instituição representativa do segmento vitivinícola, sempre em nome de uma mirífica liberdade de concorrência, chegou alguma vez a ser implementada.

Para além de se sublinhar o carácter de formalismo político-económico de tais recomendações, deve-se, em todo o caso, assinalar que foi justamente a partir de empreendimentos como a KWV que emergiram conglomerados empresariais como a Old Mutual³⁵², a Rembrandt³⁵³ e a Sanlam³⁵⁴, com capacidade para rivalizar com os grupos empresariais do chamado capital inglês imperial. Da perspectiva de livre comércio e alocação eficiente de recursos, é

352 *Actual descendente da antiga Mutual Life Assurance Society of the Cape of Good Hope, fundada em 1845, por 166 africânderes da Cidade do Cabo.*

353 *Grupo herdeiro da tabaqueira Voorbrand, lançada em 1941, por Anton Rembrandt. Actualmente, é a nível mundial, desde a compra da Rothmans, uma das maiores e mais diversificadas companhias de base tabaqueira. Tem interesses no segmento das bebidas, em companhias mineiras, na banca, engenharia e telecomunicações.*

354 *A Suid-Afrikaanse Nasionale Lewens Assuransie Maatskappij Beperk, ou Sanlam Ltd, foi registada em 1918. Tendo sido, à partida, uma companhia de seguros, é hoje um conglomerado diversificado e com interesses em vários segmentos de actividade.*

razoável fazer a crítica da situação de monopólio criada pela associação dos cerca de 6.000 plantadores de vinha da Província do Cabo. Já do ponto de vista do processo de acumulação de capital e de emergência de ligações estruturais, entre a vertente agrícola propriamente dita e as vertentes ou segmentos agroindustriais a jusante (vinhos, aguardentes, engarrafamento, distribuição), a KWV deve ser considerada como um caso exemplar de sucesso empresarial, de base étnica, e socorrendo-se assim dos princípios e sinergias de redes de reciprocidade. Se é um facto que, na África do Sul do período do *apartheid* (situação essa que se alterou mais na aparência do que na substância), todas as associações de fazendeiros agrícolas eram politicamente fortes e influentes, deve-se sublinhar que o grupo dos viticultores da Província do Cabo é geralmente considerado ainda mais poderoso e politicamente influente, graças à sua histórica coesão e organização. É um dado consensual que sempre apoiaram política e financeiramente o Partido Nacional, tendo mesmo tido uma representação autónoma no Parlamento como Nacionalistas do Cabo.

Ilustrativo do poder e influência política dos vitivinicultores da Província do Cabo, apresenta-se o exemplo das plantações de açúcar na Província do Natal, de capital inglês. Em 1933, o processamento da cana-de-açúcar correspondia a cerca de 20% da produção total do segmento da produção alimentar, dentro do sector agrícola. Durante o período entre as duas guerras mundiais, o crescimento da produção de açúcar foi simplesmente espectacular, passando de 82.000 toneladas, em 1919, para cerca de 500.000 toneladas, em 1939 (Smith, 1945). A maior parte das actividades situava-se, então, na Província do Natal (hoje KwaZulu-Natal), província onde predominava uma combinação do capital imperial e do capital inglês local. A cultura do açúcar não passou a fazer-se no Transvaal Oriental, senão muito mais tarde e justamente a partir da iniciativa de um conglomerado agroindustrial de capital africânder, o conglomerado Rembrandt, originário da Cidade do Cabo.

Para concluir, na análise do processo de industrialização, temos pois que considerar as diferentes percepções dos objectivos efectivamente prosseguidos pelos diversos governos da África do Sul, assim como do papel aí desempenhado por instrumentos de política económica, como sejam a protecção aduaneira ou a imposição selectiva de tarifas de diversos tipos. Essas percepções variam naturalmente de acordo com os pontos de vista que os diversos autores acabam tendo daquilo que pensam ser os interesses económicos em jogo, assim como dos seus normais condicionamentos ideológicos. Assim, por exemplo, se um qualquer autor pensa que o Governo do Pacto representou uma viragem a favor do capital nacional africânder, em aliança com o trabalhismo branco, então é natural que esse autor argumente que as medidas

proteccionistas introduzidas pelo Governo do Pacto o tenham sido em defesa dos interesses daqueles dois grupos sociais.

9.6 O controle da oligopolização, ou «A fábula do gabinete da concorrência»

Tal como noutros aspectos da discussão da transformação económica da comunidade africânder, estou aqui em dívida para com Ben Fine e Zavareh Rustomjee. Conforme já foi assinalado, a estratégia de aproximação acelerada ao capital inglês exigia uma política intervencionista e de concentração de esforços por parte dos empresários da comunidade africânder, sobretudo no plano da concentração de mais-valias (poupanças) e cobrança de rendas por via de monopólios ou oligopólios. Como se sabe, a formação deste tipo de entidades económicas vai de encontro (ou seja, é contrária), quer à filosofia neoclássica economicamente liberal, quer à ideologia de classe do pequeno empresariado e do funcionalismo pequeno-burguês. A esse respeito, lembre-se o histórico antagonismo dos africânderes bôeres relativamente ao chamado e já referido *geldmag* (poder do dinheiro). Como tem já sido aqui referido, há que assinalar a conflitualidade latente entre, por um lado, os interesses ou a ideologia do pequeno capital e do funcionalismo público e, por outro lado, os interesses ou a ideologia do grande capital e dos quadros dirigentes de topo das grandes empresas públicas ou estatais e privadas, de capital africânder, em expansão.

Essa conflitualidade latente é, mais uma vez, bem exemplificada pela aprovação da Lei de Regulação das Actividades Monopolistas e da Concorrência, em 1955. Tratava-se de dar satisfação formal às exigências dos pequenos empresários, sem que, na prática, se pusessem em causa os interesses de acumulação intensificada, possibilitada pelas economias de escala dos empreendimentos de maior dimensão, assim como algumas práticas de preços de carácter monopolista, como forma de recolha de rendas de monopólio. Diga-se que uma tal regulação acabou por, pura e simplesmente, não ter tido quaisquer efeitos significativos.

Foi neste contexto que o acelerado processo de concentração da propriedade do capital, durante os anos 60 e 70, levou à nomeação de uma Comissão de Inquérito sobre as actividades do Gabinete da Concorrência, criado pela Lei da Concorrência de 1955. Essa nomeação, em 1973, deveu-se aos efeitos díspares, e sobretudo mal entendidos, dos aumentos de preços do petróleo, nas importações, e do ouro, nas exportações, relativamente à generalidade da economia. Um dos aspectos que havia a considerar, era que, em consequência da subida dos preços do ouro, algumas empresas, em particular a Anglo Ame-

rican Corporation e a Gold Fields of South Africa, se encontravam, quase inesperadamente, com enormes receitas adicionais e, por isso, ameaçavam poder efectivar a compra de patrimónios de empresas em dificuldades temporárias, por via dos aumentos dos custos de produção, mesmo ou sobretudo em sectores que tinham pouco a ver com a mineração do ouro. Como era natural, a Comissão de Inquérito reuniu dados mais do que suficientes para confirmar elevados graus de concentração de capital em todos os sectores investigados. Segundo a Comissão, o processo de oligopolização tinha sido, e continuava a ser, facilitado por via da relativamente pequena dimensão do mercado, barreiras proteccionistas e distância geográfica entre os diversos centros de actividade. Por outro lado, as actividades de investigação do Departamento de Comércio e Indústria entravam em conflito com outras actividades e prioridades³⁵⁵. Para concluir, a Comissão chamava a atenção para a escassez de recursos humanos qualificados, disponíveis no D.C.I., para poderem estudar o fenómeno de concentração do capital em sectores tão diversificados de actividade económica, como a mineração, a agricultura de tipo comercial e as indústrias de transformação, associadas quer à agricultura quer à mineração.

O Relatório da Comissão de Inquérito levou a que a Lei da Concorrência de 1955 fosse revogada e substituída por uma nova lei, a Lei N.º 96 de 1979, da Manutenção e Promoção da Concorrência³⁵⁶. Nos termos desta nova lei era constituído um Gabinete da Concorrência, o qual teria poderes para investigar e fazer recomendações ao ministro da Indústria, Comércio e Turismo relativamente à existência de práticas restritivas por parte de empresas ou grupos de empresas. Como seria de esperar, nada de concreto se veio, entretanto, a verificar em termos da redução do grau de concentração das actividades e grupos empresariais investigados. Está aqui subjacente o latente conflito de interesses, emergindo a partir dos primeiros anos da década de 70 entre, por um lado, os quadros directivos das grandes empresas multinacionais, significativamente e em número crescente de origem africânder, e os dirigentes africânderes de empresas nacionais para-estatais ou privadas e, por outro lado, os pequenos comerciantes e industriais, também eles de origem africânder³⁵⁷.

Algumas dissensões entre diversas fracções do capital africânder reflectiam também a rivalidade entre as direcções regionais do Partido Nacional, da Província do Cabo e do Transvaal. Por exemplo, o Trust Bank foi lançado em 1955 pela Sanlam em concorrência directa com a Volkskas. Por outro lado, depois da eleição de Hendrik Verwoerd, em 1958³⁵⁸, a Sanlam e a direcção regional do

355 Designadamente, a regulamentação de actividades e fiscalização de procedimentos, funções básicas do departamento.

356 Esta lei de 1979 foi substituída pelo novo Competition Act de 1998. <http://www.oecd.org/dataoecd/52/13/2958714.pdf> ; <http://www.globalcompetitionforum.org/regions/africa/Southafrica/Brochure1.pdf>

357 Observação directa do autor, através de entrevistas em reuniões de trabalho, entre 1968 e 1976.

358 Começou por ser eleito membro do Parlamento, vindo a assumir a chefia do governo por morte de Johannes Strijdom, também em 1958.

Partido Nacional na Província do Cabo viram-se remetidas a transformar-se num foco de oposição à liderança do Partido Nacional. Não se pode deixar de assinalar o vivo contraste de perspectivas sobre o mundo entre, por um lado, os pragmáticos e cosmopolitas homens de negócio da Cidade do Cabo e, por outro lado, Hendrik Verwoerd, professor de Sociologia e Psicologia, formado na Alemanha no período de ascensão do nazismo.

Em todo o caso, e regressando à linha de exposição seguida, assinale-se que o capital inglês nacional, designadamente a Anglo American Corporation, veio a tirar algum proveito dessas divisões dentro do capital africânder. Estou a pensar na actuação da AAC durante o período em que aquelas divisões permitiram à Anglo American expandir-se e diversificar-se, quer dentro da África do Sul, comprando interesses exteriores e em retirada, receosos de riscos políticos, quer por expansão para o exterior, isto sem atrair interferências indesejadas por parte dos poderes africânderes (Summa, 1988).

Nem todas as fracções do capital africânder se expandiram apenas através do sector financeiro. A título de exemplo, o crescimento do conglomerado Rembrandt caracterizou-se por uma marcada especificidade sectorial. Tendo tido as suas origens na facção do Transvaal da *Broederbond* e tendo sido financiado conjuntamente pela Sanlam e pela Volkskas, o grupo Rembrandt expandiu-se através de aquisições nos segmentos do tabaco, dos cigarros, com a compra da marca *Rothmans*, e bebidas alcoólicas. O conglomerado Rembrandt e o seu fundador Anton Rupert, de capital africânder, cedo vieram, no entanto, a ser associados com os interesses financeiros sediados na Cidade do Cabo e, por essa via, o grupo foi reconhecido como o conglomerado empresarial melhor estruturado entre as diversas fracções do capital africânder. Este grupo veio naturalmente a assumir uma perspectiva político-social liberal e cosmopolita relativamente aos problemas estruturais da economia sul-africana e foi assim que, em 1960, depois do massacre de Sharpeville e em conjugação com a Anglo American Corporation, fundou a South African Foundation, grupo de lóbi para defesa e promoção dos interesses do mundo empresarial, independentemente de (e se necessário, contra) as questões de carácter ideológico em redor do sistema de *apartheid*. Em 1976, depois da revolta e distúrbios do Soweto (*South West Townships*, aglomerado urbano exclusivamente negro situado a sudoeste de Joanesburgo), e de novo em conjugação com a Anglo American Corporation, o grupo Rembrandt fundou a *Urban Foundation* destinada a apoiar o desenvolvimento e promoção social e económica dos negros urbanizados da África do Sul³⁵⁹.

359 No final dos anos 70, o regime começava a reconhecer o facto incontornável de que os africanos negros urbanizados já não tinham nada a ver com os homelands. Isto daria origem ao reconhecimento do direito de possuírem propriedades urbanas em zonas específicas, o que lhes tinha sido negado até então. Pensava-se, assim, criar uma pequena e média burguesia with a stake on the country (Stadler,

Um outro bom exemplo da estratégia político-económica prosseguida, a longo prazo, pelos dirigentes *verligte* do Partido Nacional, pode ser encontrado no Acordo Aduaneiro celebrado em 1948, entre a África do Sul e a então Rodésia do Sul. Tal como é assinalado por Ian Phimister (1991), este acordo favorecia as PME de tipo industrial da Rodésia do Sul, em detrimento das PME da África do Sul. O objectivo dos dirigentes *verligte* parecia ser, obviamente, o favorecimento do empresariado em grande escala, utilizando também a pressão concorrencial das PME da Rodésia do Sul para assim ‘empurrar’ os pequenos empresários fabris africanos a renderem-se à evidência do progresso, desistirem dos seus pequenos empreendimentos e integrarem-se antes nos conglomerados africanos em expansão, na qualidade de quadros técnicos e directivos.

9.7 O processo de aproximação aos ingleses

'n Boer maak 'n plan.

Velho ditado africano³⁶⁰

Depois de termos revisto as características gerais da economia política da África do Sul, ainda que de forma esboçada e focando apenas os aspectos que nos pareceram mais relevantes, designadamente as perspectivas geográficas, históricas e sociológicas, importa agora discutir com algum detalhe o itinerário do processo propriamente dito, de aproximação e alcance da paridade social e económica com os ingleses, por parte da elite dirigente dos africanos. Referi já a emergência de um núcleo central de empresas constituído à volta das actividades de exploração mineira, actividades essas que requerem sempre, quer transportes, quer energia. Vimos também como, à volta desse núcleo central ou complexo energético-mineiro, se vieram a constituir vários grupos empresariais, sendo que alguns são, ou eram até finais dos anos 80, ou de capital predominantemente africano ou de capital predominantemente inglês, sendo de assinalar que se veio, entretanto, a verificar alguma interpenetração dos dois ramos, segmentos ou sectores étnicos do capital sul-africano. Vimos também alguns dos factores condicionantes, subjacentes ao projecto africano de obtenção da paridade social e económica com os ingleses. Passamos agora a discutir as linhas gerais do itinerário, analisando em seguida as medidas tomadas pela elite dirigente africana nos sectores ou segmentos mais relevantes da economia sul-africana, designadamente na banca e no mer-

1987). Não é alheio a esta tentativa o facto de a indústria mineira ter, entretanto, reconhecido que os salários dos trabalhadores negros das minas não eram alterados praticamente desde os anos 20. Estes salários triplicaram entre 1973 e 1978.

360 «um boer a fazer planos.» O ditado indica o tipo idealizado do africano que, quando faz um plano, leva em linha de conta todas as possibilidades e informações disponíveis, seguindo princípios de fria racionalidade e calculismo (Teppo, 2004).

cado de capitais, instrumentos privilegiados de recolha e reencaminhamento de poupanças, na energia, carvão e petroquímica, as primeiras alavancas para se poder vir a entrar no sacrossanto mundo das minas e onde predominava o invejado *geldmag* imperial, o lançamento da *Industrial Development Corporation* em 1940³⁶¹, como um instrumento de intervenção formal, por parte do Estado, no sentido de favorecer a formação e desenvolvimento de empresariado especificamente africânder, a indústria química, instrumento de 'cerco' a condicionar a actividade de exploração mineira, quer a montante (explosivos) quer a jusante, e a indústria siderúrgica, como base essencial para o fornecimento de infraestruturas às actividades de exploração mineira e transportes. Veremos, por fim, a transformação gradualmente ocorrida no complexo energético-mineiro, ao longo das décadas de 70 e 80, em consequência das políticas prosseguidas pelo Estado africânder.

9.7.1 Linhas gerais do itinerário

Em resultado do sistema de separação rígida entre as diversas etnias coexistentes na África do Sul, desenvolveu-se, pelo menos numa primeira abordagem, o hábito de considerar essas diversas etnias como blocos homogêneos. No caso da população de origem europeia (próxima ou remota), deve-se assinalar, desde logo, que existe nela uma estratificação social e económica muito maior do que normalmente se possa pensar. Como indicou Lucien van der Walt (2004), nas zonas urbanas, e na década de 60, havia ainda uma população de africânderes, *large and unskilled*, oriunda dos extractos camponeses arruinados pelo desenvolvimento da agricultura comercial, ao longo das primeiras décadas do século xx. Por outro lado, em princípios dos anos 90 do século xx, cerca de 20% da população branca urbana tinha ainda apenas uma riqueza estimada em cerca de USD4.000 ou menos; mais de metade da mesma população possuía um património inferior a USD40.000; só 6% da população branca tinha um património superior a USD200.000 e apenas 1,7% dos brancos eram considerados como milionários (tendo acima de USD1.000.000 de património). Numa análise da distribuição por quintiles da riqueza na África do Sul, constata-se que 23,8% dos brancos estão no terceiro quintil, 9,4% no segundo quintil e apenas 2,8% no primeiro quintil (o mais rico), onde também se encontram 13,1% dos negros (Swartz, 2001). Assim sendo, ao falarmos neste livro do percurso ou itinerário dos africânderes (ou das suas elites), estamos naturalmente a referir-nos ao percurso seguido, ao longo de várias décadas (sensivelmente três gerações), pelo grupo dirigente, obviamente constituído

361 <http://www.mbandi.co.za/idc/>

por aqueles 5% a 10% que, a todo momento, constituem o *corpus* decisório em qualquer sociedade, grupo ou comunidade.

Ao longo de sensivelmente oito décadas, o percurso prosseguido pelas elites dirigentes caracterizou-se por avanços e recuos, cedências temporárias a questões de circunstância ou conjuntura. Mas a tendência dominante que parece sobressair de um quadro pintado a grandes traços, é o avanço permanente e teimoso em direcção a um objectivo imperioso e prevalecente: a paridade social e económica com o grupo de origem inglesa. Ao longo deste percurso, assinalam-se cedências de grupos mais progressistas a resistências por parte de grupos mais conservadores, senão mesmo reaccionários e, de forma recorrente, conjunturalmente maioritários. Foi assim com James Herzog e André Malan, nos idos dos anos 20 e 30, veio a ser assim com Pieter Botha e Frederick De Klerk, nos anos 80. Neste segundo caso, os herdeiros de James Herzog aproveitaram a janela de oportunidade que as circunstâncias da globalização lhes ofereciam, e não cederam. Entre estes dois episódios decorrem cerca de cinco décadas de avanços e recuos.

Durante o período entre as duas guerras mundiais, a situação dentro do complexo energético-mineiro esteve sempre condicionada pela conflitualidade latente entre o poder político africânder e o capital inglês radicado na África do Sul. Essa conflitualidade latente impediu, nesse período, a elaboração de uma qualquer estratégia de diversificação industrial para fora dos limites do CEM. Já no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi possível assistir a uma progressiva erosão daquela conflitualidade e ao amenizar das diferenças e divisões entre o capital africânder emergente, sempre com o apoio explícito do Estado, e o capital inglês nacional. Mesmo que esse processo de aproximação e eventual interpenetração das duas fracções do capital nacional tenha tido diversas peripécias e momentos altos e baixos, é possível construir uma certa periodização.

Em primeiro lugar, há a considerar o facto de o capital financeiro africânder começar a emergir na cena económica, ainda que sob a tutela do Estado, durante os anos 50, antecedendo ou apresentando-se como um sinal precursor relativamente à sua entrada e integração no capital mineiro, até aí como que couto reservado quer do capital imperial, quer do capital inglês nacional. Uma data importante em todo este processo foi naturalmente o ano de 1948, ano da vitória eleitoral do Partido Nacional. Há na literatura um consenso generalizado relativamente ao facto de o governo apoiado pelo Partido Nacional ter tido, desde sempre, políticas de apoio e promoção social e económica do grupo africânder como um todo, incluindo-se aí as diversas classes sociais constitutivas da chamada «'nação' africânder». John Lazar (1987) oferece-nos um relato detalhado da evolução desse movimento, reiniciado ou aprofundado com a

vitória eleitoral de 1948. Desde logo, a gradual substituição de funcionários e trabalhadores dos diversos escalões da administração pública, de forma a dar lugar a funcionários e trabalhadores de origem africânder. Assim, no princípio da década de 50, os africânderes eram já proprietários de 3.385 fábricas, embora estas fossem, em geral, de pequena ou muito pequena dimensão, dando emprego a apenas 14.450 trabalhadores brancos (ou seja, pouco mais de 4 por empresa), num total de 170.959 trabalhadores brancos nesse tipo de empresas. Além disso, em 1948, os africânderes controlavam apenas 6% do produto industrial. E, no entanto, os africânderes constituíam 86% dos trabalhadores não qualificados nas actividades fabris nas principais cidades sul-africanas, 79% dos trabalhadores brancos nas minas, 74% dos trabalhadores nos caminho-de-ferro ou 63% dos operários fabris. Por outro lado, apenas 5% dos membros da administração de empresas em regime de sociedades anónimas e 15% dos chamados trabalhadores profissionais, quadros técnicos qualificados, eram africânderes.

O dado mais importante a registar e que resume toda uma situação objectiva de discriminação económica, era o facto de o rendimento *per capita* dos brancos de língua inglesa ser mais do que o dobro do rendimento *per capita* dos brancos de língua *afrikaans*. Lazar assinalou ainda três grandes tendências associadas com a promoção social e económica dos africânderes: o crescimento do emprego de ‘colarinho branco’, a polarização na agricultura (sector desde sempre predominantemente africânder) e a rápida expansão dos maiores grupos empresariais africânderes, com especial relevo para o capital financeiro.

No caso do crescimento do emprego de ‘colarinho branco’, tal processo foi facilitado pela progressiva africanderização dos diversos escalões da administração pública e por uma muito maior escolaridade disponibilizada para toda a população africânder. No caso da polarização no sector agrícola, o processo de industrialização ou modernização das actividades, tinha levado a que, já em 1960, um número relativamente pequeno de poderosos fazendeiros agrícolas controlassem uma proporção significativa da agricultura sul-africana. Alguns fazendeiros de menor dimensão conseguiram ainda beneficiar dos enormes investimentos estatais neste sector da economia. Mas um número crescente de pequenos agricultores deixou as terras e emigrou para as zonas urbanas em busca de melhores condições de vida. Como nos diz John Lazar, os *grootboers* (grandes agricultores) ficaram cada vez mais ricos, enquanto os *kleinboers* (pequenos agricultores) ficaram cada vez mais pobres ou, pura e simplesmente, desistiram da agricultura. É assim que, em 1960, já só havia 16% de africânderes, economicamente activos, envolvidos na agricultura, quando em 1946 essa percentagem tinha sido superior a 30%, sendo que, em 1954-55, já tinha descido para apenas 23%. Com o apoio sistemático do Estado e das adminis-

trações locais, ao longo deste mesmo período, aquela mão-de-obra de brancos africânderes (ex-camponeses) foi sendo absorvida na administração pública que, já em 1960, empregava cerca de 30% de toda a população branca economicamente activa. Ao longo do mesmo período, foi também substancialmente reduzida a diferenciação de rendimentos entre africânderes e sul-africanos de origem britânica. Mesmo assim, em 1960, os africânderes ainda só eram 26% do total dos proprietários de empresas, gerentes e directores ou administradores em toda a África do Sul, apesar de constituírem quase dois terços da população branca. Será oportuno aqui assinalar que a transmutação de dezenas de milhares de pequenos farmeiros brancos africânderes (na sua perspectiva, espoliados das suas explorações agrícolas, ou por inépcia própria ou pela força das circunstâncias e pela dinâmica da agricultura capitalista), com raízes ideológicas bem caracterizadas, em dezenas de milhares de funcionários públicos, acabou por vir mais tarde a constituir mais um factor de dificuldade no processo de transição engendrado em fins dos anos 80.

Nos anos 50, o capital africânder estava distribuído por (ou agrupado em) quatro grandes conglomerados, três dos quais tinham uma estrutura centralizada: Volkskas, Sanlam e Rembrandt. Tal como temos vindo a procurar esclarecer, o capital africânder, resultado do processo de recolha de poupanças geradas a partir dos rendimentos, designadamente do trabalho, de africânderes³⁶², era sempre o principal beneficiário do processo estatal de apoio e promoção, quer por via de contratos e formação de empresas públicas, quer pelo estabelecimento de ligações preferenciais, por parte dessas empresas públicas e empresas privadas de capital africânder. Estes três conglomerados estavam activamente envolvidos em múltiplas e diversificadas actividades, por vezes concorrentes entre si, facto que era suposto garantir um razoável grau de competitividade e de eficiência operacional. O quarto conglomerado era, em rigor, mais uma espécie de confederação de pequenas e médias empresas concentradas nas áreas rurais do Transvaal e do Estado Livre do Orange. Esta situação tinha raízes históricas específicas e que importa minimamente referir.

O movimento de mobilização e entreaajuda económica dos africânderes teve um primeiro impulso de arranque em 1934, com uma estruturação formal em 1939, data da primeira reunião do *Ekonomiese Volkskongress* («Congresso Económico do Povo») e que deu origem, logo em 1940, ao *Federale Volksbeleggings*³⁶³. Por volta de 1950, este movimento tinha já conseguido consolidar uma estrutura operacional razoavelmente eficaz, mesmo se, em termos relativos, o aumento da fracção do capital africânder na totalidade da economia sul-africana continuasse a não ser ainda muito significativa. Apesar do

362 Ou da exploração dos trabalhadores africanos negros seus empregados.

363 Banco popular de aplicações ou investimentos.

crescimento registado, mesmo assim, só em 1959 é que o capital africânder conseguiu ultrapassar o 1% (um por cento!) da capitalização bolsista na *Johannesburg Stock Exchange*, tendo demorado ainda mais vinte anos para alcançar os 9%³⁶⁴, em 1979.

A tabela que a seguir se apresenta ilustra bem a situação e a sua evolução entre 1939 e 1949.

Crescimento do Capital Africânder 1939-1949

	Total de Vendas		% Propriedade	
	em Milhões de Libras		de Capital Africânder	
	1939	1949	1939	1949
Comércio	28,0	203,7	8	25
Fabricação	6,0	43,6	3	6
Finanças	27,0	74,4	5	6
Mineração	1,0	1,0	1	1
TOTAL	61,0	322,7	5	11

Dan O'Meara, 1983, p. 182.

Embora o total de fundos financeiros controlados por capital africânder, incluindo os valores cotados em bolsa acima referidos, tenha aumentado apenas de 5% para 6%, aquilo que era importante, de um ponto de vista de eficácia política e de eficiência operacional, era o facto de estes fundos se encontrarem agora concentrados em apenas três ou quatro instituições ou agrupamentos consolidados. Por outro lado, grande parte das empresas fabris encontravam-se intimamente ligadas ao processamento da produção agrícola, ligações essas que eram estabelecidas através de acordos de longo prazo com cooperativas agrícolas, sendo que cerca de 8% daquelas empresas fabris se encontravam localizadas em pleno meio rural. Note-se que essas empresas fabris eram, por natureza, quase sempre de pequena ou pequeníssima dimensão (85% eram mesmo de carácter unipessoal). Por outro lado, como se pode verificar pela leitura da tabela acima, o capital africânder não tinha ainda conseguido penetrar no círculo fechado das actividades mineiras, mas, em compensação, tinha já conseguido marcar uma significativa presença na área comercial, muito em particular através da expulsão e substituição de comerciantes indianos, em particular nas províncias do Transvaal e do Estado Livre do Orange.

A discriminação contra os indianos vem de longe. Nos termos da lei constituinte do Estado Livre do Orange, de 1891, todos os negociantes indianos fo-

364 Percentagem alcançada pelos capitalistas africanos negros entre 1992-93 e 1996-97.

ram obrigados a fechar, até dia 11 de Setembro, sendo expulsos sem compensação. Em resultado da constituição da União da África do Sul, sob controle britânico, muitos indianos estabeleceram-se no Transvaal e no Orange, como artesãos e pequenos comerciantes. Em 1919, foi revogada a Lei *Companies Act* de 1909, que permitia a constituição de firmas comerciais por parte de negociantes indianos. Em Maio de 1943, foi promulgada uma lei, o *Pegging Act*, restringindo severamente a actividade comercial e a propriedade imobiliária por parte dos indianos. A Lei Nº 41 de 1955, o *Group Areas Act*, levou na prática a restringir as suas actividades. No caso do Estado Livre do Orange, regressou-se de facto à lei de 1891 que, pura e simplesmente, impedia os indianos de ali residir. Estas leis discriminatórias, acabavam por criar oportunidades comerciais e de pequenos empreendimentos do tipo oficial, normalmente aproveitadas por africânderes.

O processo através do qual as fracções mais esclarecidas do grupo africânder procuraram, ao longo de décadas, alcançar a paridade com o capital inglês radicado na África do Sul, e também com os representantes locais do capital imperial, não foi isento de contradições e conflitos. Com efeito, a política de prossecução da paridade social e económica com os ingleses, não era muito bem vista (ou era mal interpretada) pelos grupos mais tradicionalistas de agricultores *voortrekkers* ou bôeres, na medida em estes se começavam a aperceber da mudança de perspectiva por parte dos mais bem sucedidos empresários e dirigentes empresariais africânderes, face ao relativo imobilismo dos grupos mais conservadores.

Estes conflitos internos tinham, por vezes, dimensão regional, com ataques políticos lançados pela pequena burguesia africânder do Transvaal (funcionários, pequenos industriais e comerciantes e alguns fazendeiros), contra o poder financeiro (*geldmag*) da Cidade do Cabo, representado principalmente pelos grupos Sanlam e Rembrandt. Estes conflitos tornaram-se claramente visíveis nos finais dos anos 50. Por altura do massacre de Sharpeville e das consequências de carácter financeiro daí provenientes (designadamente a retirada de capitais estrangeiros), tornaram-se mais visíveis as divisões entre os dois grupos rivais dentro do Partido Nacional. No princípio dos anos 60, a secção regional do Partido Nacional na Província do Cabo (e o seu jornal *Die Burgher*) e o grupo de interesses à volta da Sanlam tornaram-se, na prática, numa oposição oficiosa dentro do Partido. Com o assassinato de Verwoerd, em Setembro de 1966, o conflito entre o grupo da Província do Cabo e o grupo do Transvaal saltou para as primeiras páginas dos jornais, sob a forma de lutas intestinas entre os *verligte* e os *verkrampste*.

Entretanto, o já referido massacre de Sharpeville teve, como uma das suas consequências imediatas, a saída ou retirada de importantes investimentos

de capitais estrangeiros estabelecidos na África do Sul. Como consequência derivada, essa saída ou retirada de capitais estrangeiros, criou oportunidades para uma maior aproximação, em termos de obtenção de uma maior paridade económica, ao capital dito inglês por parte do capital africânder, na medida em que, àquela retirada, correspondeu na prática uma transferência de propriedade de capital estrangeiro para capital africânder. A aproximação ou redução das diferenças (ou em alguns casos, da divisão) entre capital africânder e capital inglês local não foi ainda, no entanto, o suficiente para permitir que viesse a ser elaborada uma estratégia concertada de diversificação industrial para fora dos limites, aliás em expansão, do complexo energético-mineiro, o qual continuava a dominar de forma absoluta todo o panorama da actividade económica, assim como o padrão de desenvolvimento industrial.

Este processo de expansão caracterizou-se por um crescente investimento, sob a tutela do Estado, relativamente quer ao complexo energético-mineiro propriamente dito, quer em torno de actividades como a produção de energia, a petroquímica a partir da transformação do carvão e o processamento de minérios. Para além do continuado (ou intensificado) investimento na fabricação de armamento, investimento esse provocado pelas sanções políticas entretanto determinadas pela comunidade internacional.

Apesar do relativo alargamento dos limites 'convencionais' do complexo energético-mineiro, constata-se mesmo assim uma ligeira alteração nas proporções dos contributos dos diversos sectores de actividade no produto interno bruto. Assim, enquanto o contributo directo das actividades mineiras para a economia nacional desceu de 13,7% do PIB, em 1960, para 8,8%, em 1971, o contributo dos segmentos de actividades não mineiras (mas ainda dentro do complexo energético-mineiro) aumentou de 7,9%, em 1960, para 8,5%, em 1971. Por outro lado, a propriedade de capital africânder no sector mineiro foi também aumentando, de forma significativa, ao longo dos anos 60, em particular com base em contratos privilegiados de fornecimento de carvão para o gigante energético estatal, a Eskom. Das cinco novas centrais termoelectricas postas a funcionar nos anos 60, quatro reservaram os seus abastecimentos de carvão com a Federale Mynbow, empresa mineira subsidiária do ramo industrial do conglomerado africânder Sanlam (Christie, 1984).

9.7.2 A aproximação na banca

A banca desempenha em qualquer subsistema económico nacional um papel crucial, no ritmo e sentido do seu desenvolvimento. Este papel estratégico é exercido através de dois grandes vectores de intervenção: a recolha e reorientação das poupanças individuais e empresariais e a criação de crédito. No caso da África do Sul, aquando da chegada ao poder do Partido Nacional

em 1948, a comunidade africânder praticamente não dispunha de quaisquer instrumentos que lhe permitisse intervir de forma significativa neste sector. Temos aqui assim ainda outro claro exemplo das interpenetrações entre Política e Economia.

Com a chegada ao poder do Partido Nacional, o movimento económico pan-africânder decide alterar, de forma radical, os dados da situação. Tendo sido fundada por iniciativa estatal em 1934, como um banco de poupanças numa base cooperativa, a Volkskas deve o seu crescimento à subida ao poder do Partido Nacional, da qual resultou, por natural decisão do governo, uma maciça transferência de contas do Estado, das municipalidades e empresas públicas estatais como a Iscor³⁶⁵, a Eskom³⁶⁶, os Correios, os Caminhos de Ferro ou ainda a Sasol³⁶⁷. É assim de assinalar, em particular, o extraordinário crescimento da Volkskas, como se pode inferir da tabela seguinte que retrata a evolução dos depósitos nos principais bancos:

Fracção de Depósitos em Bancos Comerciais

	STANDARD	BARCLAYS	VOLKSKAS
1947	47,2%	46,2%	2,8%
1957	n.d.	n.d.	9,9%
1960	38%	43,3%	n.d.
1967	n.d.	n.d.	18,6%
1977	n.d.	n.d.	19,0%
1981	n.d.	n.d.	18,8%

Volkskas (Verhoef, 1992) ; Standard e Barclays (Jones, 1992).

É de assinalar que, apesar da enorme disponibilidade de fundos, até 1960, a Volkskas não mostrou grande interesse em investimentos no desenvolvimento industrial, preferindo antes investir em empreendimentos de pequena escala na agricultura. Estamos ainda na fase do predomínio político dos já referidos tecnocratas administrativos do grupo de Pretória, ligados ao jornal *Die Transvaaler*. Em 1963, 85% dos seus balcões estavam ainda situados nas terras altas do interior: Transvaal rural e Estado Livre do Orange (Verhoef, 1992).

A política de concentração de esforços em empreendimentos de grande escala, decidida aquando do Segundo Congresso Económico do Povo, organizado pela *Broederbond*, reflectiu-se nas políticas de apoio financeiro ao desenvolvimento industrial, em particular nas iniciativas e apoios concedidos

365 Iron and Steel Corporation.

366 Electricity Supply Commission.

367 South African Coal, Oil and Gas Corporation Ltd, originalmente para se chamar South African Synthetic Oil Limited.

pela IDC-Industrial Development Corporation, e tiveram como resultado o reforço do papel desempenhado pelo complexo energético-mineiro no contexto geral da economia sul-africana. Ainda que tal fosse pouco relevante para as actividades centrais deste complexo, há que assinalar algumas importantes distinções entre três conglomerados africânderes já antes referenciados. A Volkskas confinou os seus interesses praticamente às actividades bancárias e, ao contrário da Sanlam, não dispunha de uma rede diversificada e alargada de interesses. Até princípios dos anos 60, a actividade bancária na África do Sul era quase completamente dominada pelos bancos Barclays e Standard. A partir de 1960, mas na sequência naturalmente de actividades vindas de meados dos anos 50, a posição dominante destes dois bancos ingleses começou a ser ameaçada pelas incursões e expansão de actividades de instituições como a NFC-National Finance Corporation, a Volkskas, o Nedbank e o Trustbank, sendo ainda de considerar a actividade de alguns bancos de investimentos privados independentes (os chamados *merchant banks*), assim como a concorrência de cooperativas de construção (as chamadas *Building Societies*) e as companhias de seguros de vida, na medida em que também contribuíram para erodir a anterior 'fatia de mercado' dos bancos ingleses.

Em 1950, a companhia de seguros Sanlam estava já em posição de diversificar os seus interesses e aumentar as suas participações nos sectores mineiro, industrial-fábril e na distribuição. Assim, através da sua subsidiária Fedvolks-Federale Volksbeleggings, tinha interesses na indústria de pescas e conservas (Laaipek Visserye e Marine Production Corporation), em máquinas agrícolas (South Africa Farm Implements Manufacturers), na produção química e farmacêutica (Agricultura Laboratoria e Klippfontein Organic Products), na exploração mineira do carvão (minas de Klippfontein e Klippoortjie) e na imprensa (Nasionale Pers). De modo a ultrapassar determinadas normas legais, que então impediam a sua participação em actividades industriais, dada a sua qualidade de companhia de seguros de vida, a Sanlam criou, em 1946, uma subsidiária com base nos prémios de seguro em processo de pagamento, a Bonuskor, a qual passou a funcionar como o braço de investimento industrial da Sanlam. Seguindo um padrão de investimentos similar ao da Fedvolks, já em 1950 a Bonuskor tinha o grosso das suas aplicações na indústria fábril (57%), actividades mineiras (4%), comércio e distribuição (21%) e banca (18%).

O processo de concentração e consolidação de capital dentro da comunidade africânder continuou nos anos 50 e, em 1953, a Fedvolks e a Bonuskor criaram a Federale Mynbou a partir da fusão dos respectivos interesses mineiros. A Federale Mynbou veio, mais tarde, a dar origem à actual Gencor. Entretanto, em 1957, 23% dos investimentos da *Bonuskor* eram já aplicados em

actividades mineiras, densificando-se, assim, as interpenetrações entre o capital financeiro e as respectivas aplicações industriais e mineiras (Verhoef, 1992).

Para resumir este vector de aproximação ao capital inglês, o que se deve aqui assinalar é a relativa distinção que se pode estabelecer, de novo, no seio da comunidade africânder, entre as actuações a partir do «grupo do Cabo», representado pela Sanlam, e as actuações a partir do «grupo de Pretória», representado pela Volkskas. Essa distinção resultou em divergências políticas entre uma facção mais 'progressista' (a da Cidade do Cabo) e uma facção mais 'conservadora' (a de Pretória). Em todo o caso, essa divisão de carácter geográfico veio a diluir-se com o desenvolvimento de cada vez maiores contactos internacionais e com o mundo dos negócios internacional, por parte dos quadros técnicos e executivos baseados no Transvaal, o que sucedeu com mais intensidade a partir de fins dos anos 60.

9.7.3 O desenvolvimento de um mercado de capitais

Um dos factores que mais significativamente contribuiu para a aproximação do capital nacional africânder ao capital inglês radicado na África do Sul, foi justamente o lançamento, por parte do Estado, de um mercado de capitais a longo prazo. Até 1949, quando o governo do Partido Nacional lançou a NFC (National Financial Corporation), os depósitos a curto prazo, recolhidos pelos bancos comerciais na África do Sul, em particular o Barclays e o Standard, eram depositados em Londres, para efeitos de aplicações financeiras. Com a criação da National Financial Corporation, o governo sul-africano deu origem a um instrumento de recolha desses fundos, em concorrência com aqueles bancos de base inglesa, convertendo-os em aplicações em Títulos do Tesouro e possibilitando, assim, o seu encaminhamento para aplicações em empresas estatais.

Assinale-se que os acontecimentos na esfera financeira na África do Sul durante os anos 50, foram fortemente condicionados pelo desenvolvimento de um gigantesco complexo mineiro do ouro no Estado Livre do Orange, os famosos GFSA-Gold Fields of South Africa. Entre 1950 e 1954, o investimento naqueles novos campos mineiros excedeu mil milhões de randes³⁶⁸, dos quais mais de 80% directamente relacionados com operações de mineração do ouro. Tal como observaram Ben Fine e Zavareh Rustomjee, não é fácil sublinhar ou frisar devidamente a escala do projecto dos campos mineiros da Gold Fields no Estado Livre do Orange. Os investimentos da Anglo American Corporation, já nos anos 90, com o desenvolvimento da mina de Moabe, o anúncio do projecto de aço inoxidável Columbus e o investimento na refinaria de alumí-

³⁶⁸ Então equivalente a cerca de USD1.250.000.000,00.

nio ALUSAF II, que eram tidos, não só como extremamente importantes, mas sobretudo como desesperadamente necessários, até como sinais de recuperação da economia sul-africana, podem e devem ser considerados como ‘coisa de pouca monta’ quando comparados com a decisão de arrancar com doze novos campos mineiros, numa região do país onde, antes, praticamente não existia qualquer infraestrutura de apoio.

A gigantesca dimensão de tal projecto necessitou e requereu a intervenção e apoio do Banco Mundial, através do *International Bank for Reconstruction and Development*, assim como a participação directa de praticamente todas as empresas estatais, como a Eskom, os Caminhos-de-Ferro ou a Iscor. A água necessária para a simples operação dos doze novos campos mineiros teve que ser bombeada desde o rio Vaal, com as estações de captação de água situadas a mais de 60 quilómetros de distância, tendo também sido necessário instalar uma nova estação de geração de energia eléctrica em Vierfontein.

O projecto dos doze novos campos mineiros no Estado Livre do Orange representou, sobretudo, a consolidação do processo gradual de interpenetração do capital africânder com o capital inglês, até na medida em que, este último, foi progressivamente aceitando o desenrolar da estratégia africânder de chegar à paridade social e económica com o capital inglês radicado na África do Sul. Este projecto é, aliás, um bom exemplo disso, pois foi justamente a National Financial Corporation quem actuou como intermediária no projecto que era, note-se, de iniciativa e propriedade do conglomerado Anglo American Corporation.

Por outro lado, através da NFC, o Estado obtinha importantes lucros com base na simples diferença entre as taxas dos depósitos recolhidos e as taxas cobradas nos investimentos financiados. O sucesso da NFC como pioneira de um mercado de capitais a longo prazo na África do Sul foi suficiente para passar de um volume de negócios de 70 milhões de libras, em 1949, para 1.405 milhões³⁶⁹, em 1953. Na esteira do sucesso da NFC (de iniciativa estatal, recorde-se), os conglomerados privados lançaram os seus próprios bancos de investimento. Em 1955, a Anglo American Corporation, com o apoio do Barclays Bank, lançou a AUL-Acceptance Union Limited, a Sanlam lançou a CFAC-Central Finance and Acceptance Corporation, e a IDC lançou o ABI-Acceptance Bank for Industry³⁷⁰. Em finais dos anos 60, o volume de negócios do conjunto de bancos de investimento privados ou sem o controle directo do Estado (caso do ABI) era já superior ao volume de negócios da NFC.

³⁶⁹ Equivalente a cerca de USD6.000.000.000,00.

³⁷⁰ Se tivermos presente o facto de a própria IDC ter sido lançada pelo Estado, temos aqui um bom exemplo de como o comportamento emergente, de tipo empresarial, por parte dos seus quadros dirigentes, levou a IDC a tomar iniciativas de tipo empresarial, em concorrência com outras instituições financeiras do Estado.

Voltando brevemente ao gigantesco projecto da GFSA e, como ilustração dos efeitos de aproximação gradual dos elementos mais empreendedores do capital africânder em relação ao capital inglês, observa-se que este projecto alterou profundamente a demografia e a geografia política do Estado Livre do Orange. Assim, por exemplo, em 1966, já havia nos diversos campos mineiros uma população residente de 146.000 eleitores brancos, contra apenas 5.500, em 1950. Como é natural, tal facto teve como consequência um aumento de deputados no Parlamento e um reforço do Partido Nacional. Dadas as características da população votante, no entanto, tal facto viria a prejudicar (ou pelo menos, dificultar) o posterior processo de liberalização e reforma política, pelo maior peso que veio a dar à ala mais conservadora do Partido Nacional.

O que se pode concluir desta breve resenha é a gradual disseminação do espírito empresarial de tipo cosmopolita no seio da comunidade africânder. Tal é bem visível na progressiva expansão de iniciativas paralelas, ou propondo-se fins similares, como é o caso dos bancos de investimento lançados a partir de entidades como a IDC e a Sanlam, para além da já referida NFC. Saliente-se que, enquanto a Sanlam tinha tido uma origem privada (empresários africânderes do Cabo), a IDC era uma pura criação do Estado, à imagem e semelhança da NFC.

9.7.4 A aproximação na energia, carvão e petroquímica

Ao longo dos anos 50, o crescimento do complexo energético-mineiro condicionou de forma determinante o desenvolvimento industrial sul-africano, contribuindo de forma significativa para que o capital africânder, num segundo tempo, se aproximasse gradualmente do capital inglês. Refiram-se duas estratégias do Estado, que convergiram nos efeitos de aumentar o peso específico do capital africânder no conjunto da economia sul-africana: a nacionalização das indústrias de produção e distribuição de energia eléctrica, com a consolidação da Eskom, e a criação de um novo segmento de actividade industrial, a indústria química de produção de combustíveis líquidos a partir da transformação do carvão. Lembre-se, a esse respeito, a total dependência da África do Sul relativamente à importação de petróleo, quase estrangulada pelas sanções económicas determinadas pelas Nações Unidas, enquanto havia no seu território uma exuberante abundância de campos carboníferos.

O papel do segmento energético no complexo energético-mineiro foi particularmente visível ao longo dos anos 50, devido, não só ao seu impacto estrutural relativamente a todos os outros sectores e segmentos de actividade, mas também devido ao facto de o aumento da procura, originado pelo aparecimento de alguns focos de industrialização secundária, ter começado a ocasionar algumas periódicas mas irritantes falhas de energia. O segmento de

produção de energia eléctrica teve origem no último quartel do século XIX, por iniciativa das próprias companhias mineiras e primordialmente para satisfação das suas próprias necessidades operacionais. Em 1948, na sequência da vitória eleitoral do Partido Nacional, as companhias produtoras e distribuidoras de electricidade, então existentes, foram nacionalizadas. Essa nacionalização permitiu resolver o impasse operacional em que se encontravam essas companhias, na medida em que a anterior incerteza quanto ao futuro tinha já tido como consequência natural o não investimento na renovação de instalações e no lançamento de novas unidades de produção. Por outro lado, a falta ou relativa escassez de locomotivas e vagões, nos Caminhos de Ferro, dificultava a movimentação de carvão, quer entre as minas e as estações termoeléctricas, quer para consumo doméstico, quer ainda para exportação.

Até aos anos 50, a mineração do carvão era uma actividade dominada pelo capital inglês radicado na África do Sul, estando essa actividade mineira institucionalmente representada na TCOA (Transvaal Coal Mines Owners Association)³⁷¹, um cartel que dominava por completo o funcionamento do mercado. A exploração do carvão era extremamente lucrativa, devido às condições geológicas excepcionais, que facilitavam a extracção e ao baixíssimo custo de mão-de-obra. A título de ilustração, basta referir que o custo de uma tonelada *short* (2.000 libras ou cerca de 900 quilos) de carvão à saída das minas era de 7 xelins e 4 *pence*, comparado com 45 xelins no Reino Unido, França e Alemanha, 65 xelins na Bélgica, 34 xelins nos Estados Unidos, 36 xelins no Canadá ou ainda 17 xelins na Austrália. Por outro lado, a exportação de apenas 7,5% da produção era responsável por 46% dos lucros das companhias mineiras envolvidas nesse negócio (Christie, 1984).

De modo a contornar o monopólio virtual do cartel da TCOA, as poucas companhias mineiras de propriedade de capital africânder (caso das companhias mineiras propriedade da Sanlam) viraram-se para o Estado em busca de apoio, o que conseguiram através do favorecimento na atribuição, quer dos meios escassos de transporte, quer das licenças de exportação, por meio do Departamento de Comércio e Indústria. Por outro lado, e no plano da propaganda política, as recorrentes faltas de carvão para consumo no mercado doméstico familiar, assim como algumas periódicas falhas no fornecimento de energia eléctrica (produzida a partir de centrais termoeléctricas), eram facilmente atribuídas a uma alegada 'ganância' do cartel TCOA, que preferiria exportar todo o carvão que pudesse mesmo que à custa do consumo interno, fosse ele por parte das centrais termoeléctricas, fosse por parte das famílias de trabalhadores africanos, grandes consumidores de carvão³⁷². Em 1952, foi

371 O termo mines foi, depois, abandonado nas referências da própria organização.

372 Esta alegada 'ganância' tem a ver com o interesse na venda nos mercados internacionais, mais lucrativos e com mais oportunidades de

introduzido um sistema de racionamento de carvão, tendo sido decretada a prioridade de fornecimento aos caminhos-de-ferro, aos organismos centrais do Estado e municipalidades, às estações termoeléctricas e às minas de ouro. Os consumidores domésticos, em particular as famílias de trabalhadores africanos, ficaram naturalmente de fora deste esquema de priorização.

Com a reeleição em 1952, o Partido Nacional assegurou, mais uma vez, uma série de medidas que garantiam o continuado apoio do eleitorado africânder. Em resultado dessas medidas, o cartel TCOA viu-se forçado a aceitar a entrada de proprietários de minas de carvão africânderes, enquanto os contratos de fornecimento de carvão para novas estações termoeléctricas eram atribuídos de forma sistemática a companhias mineiras de capital africânder, como era notoriamente o caso da Federale Mynbou Beperk. Apesar disso, a penetração do capital africânder na mineração do carvão continuava a ser bastante reduzida. A decisão, por parte da Eskom, de instalar duas novas estações termoeléctricas 'às portas' de minas de carvão propriedade da Federale Mynbou, tem muito a ver com esta situação. Refira-se que a Federale Mynbou resultara da decisão conjunta de dois bancos de investimento africânderes: o Federale Volksbeleggings e a Bonuskor (ambos do conglomerado Sanlam), os quais, em 1953, decidiram formar a primeira grande companhia mineira africânder. Esta Federale Mynbou veio mais tarde, em 1964, a comprar a General Mining Ltd, empresa em que, entretanto, a Anglo American Corporation tinha adquirido interesses durante os anos 50.

A decisão do conglomerado AAC de apoiar a aquisição de significativas parcelas de capital em empresas mineiras por parte de grupos africânderes, deveu-se, em larga medida, à nomeação, em 1957, de Harry Oppenheimer como presidente da Anglo American Corporation. Foi assim que o *Sunday Times* de Joanesburgo (30 Agosto 1964) classificou a compra da General Mining Ltd pela Federale Mynbou, como um triunfo pessoal de Harry Oppenheimer³⁷³, assim como um passo importante nas suas propostas de ultrapassagem da barreira 'étnica' dentro da comunidade empresarial da África do Sul³⁷⁴.

Entretanto, e de um ponto de vista operacional, o principal problema dos anos 50 continuava a ser o do fornecimento de energia eléctrica às minas de ouro, acabando por só vir a ser satisfatoriamente resolvido em 1960, com o lançamento de novas estações termoeléctricas, construídas junto dos campos carboníferos de modo a eliminar a necessidade de transporte de enormes quantidades de carvão através das extensas distâncias que caracterizam

expansão internacional, do que a venda para o mercado interno. Sem falar da recolha de divisas.

373 O simples conceito de «triunfo pessoal» tem implícita a ideia de «luta intestina» no interior da comunidade de origem britânica relativamente ao processo de aproximação progressiva, social e económica, por parte dos africânderes.

374 Significativamente, o irmão de Hilgard Muller, então ministro dos Negócios Estrangeiros, foi nomeado director-geral da referida General Mining, que evoluiu para a actual Gencor.

o território. A construção das novas estações termoeléctricas exigiu pesados investimentos, só tornados possíveis graças ao crescente envolvimento de instâncias internacionais (por iniciativa do poder africânder, sublinhe-se), designadamente empréstimos do Banco Mundial e de bancos comerciais norte-americanos, sendo que esses empréstimos eram politicamente caucionados pela dependência estratégica dos Estados Unidos (envolvidos na Guerra da Coreia) relativamente ao urânio sul-africano. Ainda nos anos 50, uma outra vertente na estratégia de desenvolvimento industrial do Estado sul-africano, foi o lançamento da indústria petroquímica, principalmente a partir da transformação do carvão para obtenção de combustíveis líquidos, designadamente o lançamento das gigantescas empresas SASOL, tema que pela sua especificidade abordo mais adiante.

9.7.5 A IDC – Industrial Development Corporation

Lançada pelo Estado sul-africano em 1940, por iniciativa do Governo do Partido Unido do general Jan Smuts, com o objectivo explícito de apoiar o processo da industrialização dita secundária, tendo-se salientado, em particular no apoio ao lançamento da indústria têxtil e de confecções (exterior, portanto, ao 'nosso' complexo energético-mineiro), a IDC acabou por se envolver muito fortemente no desenvolvimento de combustíveis sintéticos e das indústrias químicas, associadas a esta actividade central para a economia sul-africana. Em 1956, o investimento de 40 milhões de libras efectuado pela IDC na construção das instalações fabris da Sasol I corresponderam a 77% do seu orçamento. Ao longo dos anos, o envolvimento directo da IDC, expresso em termos da percentagem do seu orçamento destinado a investimentos em actividades relacionadas com o complexo energético-mineiro, foi-se no entanto reduzindo como se pode ver pela tabela seguinte:

Ano	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Percentagem	68,3%	64,6%	52,3%	53,5%	34,4%	48,0%

IDC Relatórios de Empresa

Assinale-se a descida pronunciada entre 1960 a 1980 e a brusca inversão de tendência entre 1980 e 1985. Embora tal tendência geral represente efectivamente alguma diversificação para fora do complexo energético-mineiro, permanece bem evidente o peso determinante deste aglomerado estruturado de actividades, relativamente ao conjunto total da economia. Para além do já mencionado investimento na Sasol I, ao longo dos anos a *IDC-Industrial Development Corporation* promoveu, de facto, algumas outras indústrias signifi-

cativas e de relevo para a economia sul-africana, fora do complexo energético-mineiro preexistente, designadamente uma fábrica de fosfatos em 1952, uma fábrica de borracha sintética (1962), uma fábrica de transformação de cobre em Palaborwa (1963), o empreendimento Soekor³⁷⁵ de exploração de petróleo (1965), químicos industriais (1967), Sasol II (1976) e Sasol III (1979) e o empreendimento Mossgas³⁷⁶ (1986). É ainda de assinalar o papel desempenhado pela IDC no lançamento da indústria de armamento, através da formação da Atlas Corporation, em 1964.

A mudança de tendência verificada em meados dos anos 80, tem-se mantido, regressando em força o envolvimento da IDC, com o reforço e expansão do complexo energético-mineiro, em prejuízo da missão que supostamente lhe fora inicialmente atribuída: o desenvolvimento de indústrias do tipo secundário em diversificação para fora do núcleo central do complexo. No entanto, já nos anos 90, a IDC propôs de facto o desenvolvimento de indústrias especializadas no processamento de aços especiais e de polpa de madeira, e o desenvolvimento tecnológico da petroquímica.

Em resumo, pudemos constatar mais um exemplo do papel primordialmente atribuído à política industrial em geral, e à expansão do complexo energético-mineiro em particular, como instrumentos privilegiados de acumulação e crescimento do capital africânder, de modo a facilitar a sua interpenetração com os grupos de capital inglês local e imperial.

9.7.6 As indústrias químicas

Uma comparação intersegmentos no sector industrial fabril indica que, já em 1924, a indústria química contribuía com 8,3% do produto industrial, sensivelmente o mesmo que outros segmentos normalmente tão importantes como a produção de energia e a construção civil. Considerando o peso e a abrangência do complexo energético-mineiro, verifica-se que o segmento das indústrias químicas é também um bom indicativo da clara dependência da industrialização da África do Sul relativamente às actividades mineiras, desde o início. A fábrica, hoje propriedade da AECI³⁷⁷ situada em Modderfontein, foi construída, em 1896, pelo então monopólio dos explosivos Nobel. Era a maior fábrica de dinamite em todo o mundo e a maior fábrica em toda a África do Sul. O grupo industrial AECI, fundado em 1924, resultou da junção dos interesses sul-africanos da Nobel Industries (UK) Ltd e do ramo fabril da De

375 State Oil Exploration Corporation. Começou a produzir em 1997, a partir do campo offshore de Oribi, ao largo de Port Alfred, no Cabo Oriental, e, no ano 2000, produzia já cerca de 20.000 barris por dia, o que correspondia a cerca de 6% das necessidades de consumo da África do Sul.

376 Complexo industrial para exploração de gás natural e sua conversão em combustível líquido, situado ao largo de Mossel Bay, entre a Cidade do Cabo e Port Elizabeth.

377 African Explosives and Chemicals Industries.

Beers Consolidated of Kimberley. Essa mesma AECI tem, hoje, cerca de 6.000 empregados e operações comerciais e industriais em diversos países, incluindo os EUA³⁷⁸.

A expansão do segmento das indústrias químicas deveu-se, quer à proximidade das actividades mineiras, quer ao aproveitamento das economias de escala, quer ainda aos conflitos entre as diversas fracções do chamado capital imperial. Procurando reduzir os custos operacionais, algumas das companhias mineiras lançaram, em 1898, na Cidade do Cabo, a sua própria fábrica de explosivos, em resposta ao monopólio de facto da Nobel Industries, montando a jusante um sistema de distribuição de explosivos através da Câmara de Minas do Transvaal, sistema se mantém, aliás, ainda em vigor. Um terceiro grupo concorrente lançou uma fábrica de explosivos na Província do Natal, em 1903, já depois da Guerra dos Bôeres. A existência destes três grupos concorrentes e em actividade num segmento industrial com algumas ramificações a montante, tais como o fabrico de glicerina a partir de óleo de baleia, é apenas uma simples indicação das múltiplas possibilidades de arranque de um processo de industrialização auto-sustentado, independentemente de qualquer política de intervenção industrial por parte do governo.

Em 1911, portanto muito antes do chamado Governo do Pacto, o segmento da indústria química, onde predominavam muito em particular os explosivos, era já o maior dos segmentos do sector fabril, com cerca de 3.000 trabalhadores. Era também o maior importador de matérias-primas e o maior cliente dos Caminhos de ferro do Natal e um dos maiores clientes dos Caminhos de ferro do Cabo. Vale a pena referir mais alguns progressos no desenvolvimento de indústrias químicas, como foi o caso da fábrica de explosivos da De Beers, em Sommerset West³⁷⁹, na Província do Cabo. O sucesso das operações desta fábrica, assim como a sua viabilidade económica de forma independente de qualquer eventual política proteccionista de industrialização, pode avaliar-se pelo facto de, em vésperas da Primeira Guerra Mundial, ter chegado a ser necessário comprar um barco para facilitar as exportações de explosivos para a Austrália. Entre 1917 e 1920, foi construída uma fábrica de detonadores e, em 1918, foi literalmente importada uma fábrica de processamento de tintas.

O processo de integrações empresariais entre fábricas de explosivos que decorreu na Europa em 1924, foi seguido por um processo similar na África do Sul (tal como acima referimos para o caso da AECI). Em resultado da maior concentração industrial, foi possível a introdução, em 1930, do então revolucionário processo de síntese de amónia a partir do carvão. A introdução desse

378 <http://www.mbendi.co.za/caia/chsahs02.htm>

379 Na mesma cidade onde se localizavam as instalações de produção e ensaio de balística de foguetões da África do Sul, encerradas em 1993.

processo tornou desnecessária a importação de nitratos do Chile, e os gastos em moeda estrangeira necessários para o pagamento da importação desses nitratos, foram substituídos pelo pagamento de *royalties* a pagar à *ICI-Imperial Chemical Industries*, no valor de entre duas e quatro libras por tonelada de amónia. Para lá deste detalhe, de uma prestação de serviço tecnológico (por parte da nação então ainda imperial) se substituir à importação de matéria-primas vindas de um terceiro país, o que é importante assinalar é que, no caso deste segmento de actividade, e durante o período que vai até ao fim da Segunda Guerra Mundial, praticamente não há a registar qualquer presença visível do capital nacional africânder, sendo este segmento claramente dominado pelo chamado capital imperial. Até porque este segmento começou por estar na estrita dependência das actividades mineiras, logo do chamado capital imperial. Em todo o caso, assinala-se que a simples existência de pagamento de *royalties* é, em si mesmo, um bom indicador do grau de integração de uma qualquer economia nacional, no sistema global.

O desenvolvimento da indústria química por parte do Estado, coincidiu com a expansão das actividades do segmento da petroquímica, o qual sempre esteve intimamente associado e dependente da procura das actividades mineiras, tendo sido, até então, praticamente dominado pelo grupo AECI, aliás subsidiário do conglomerado *AAC-Anglo American Corporation*. Será preciso aguardar o fim da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente o fim dos anos 40 e princípios dos anos 50, para se assistir à criação de uma indústria química com base em capital africânder e como medida estratégica, consciente e estruturada, do Estado. Convém ter presente que, em 1948, o Partido Nacional ganhara as eleições e dera início formal a uma política estruturada de *apartheid*, em consonância com um reforço da ascendência do poder africânder na sociedade sul-africana.

Durante os anos 50, a maior parte do investimento da AECI teve como objectivo o aumento da capacidade de produção de amónia, ingrediente essencial para a produção de explosivos, cuja procura teve um enorme incremento, em resultado da abertura das novas minas de ouro do já referido complexo *Gold Fields* no Estado Livre do Orange. Apesar de se ter verificado alguma diversificação, como a nova fábrica de Rayon da Sappi-Saiccor (uma *joint-venture* da IDC-Industrial Development Corporation, da Courtaulds do Reino Unido e da Snia Viscosa de Itália), lançada em 1954, assim como a abertura de uma fábrica de PVC³⁸⁰, em 1955, e a expansão da produção de adubos, a verdade é que a maioria esmagadora da produção da indústria química continuava a ter como destinatário principal o conjunto das actividades mineiras.

380 Poli Cloreto de Vinila. Com uma vida útil em construções superior a 50 anos e fabricado com baixo consumo de energia, o PVC é o único material plástico que não é 100% derivado de petróleo.

O primeiro grande e significativo avanço do grupo africânder sobre o segmento fabril químico verificou-se com o lançamento da Sasol. A construção da primeira fábrica de petroquímica a partir do carvão, a Sasol I, concluída em 1956, constituiu assim, não só mais um substancial reforço do papel do complexo energético-mineiro no funcionamento da economia sul-africana, mas também uma significativa tomada de posição do capital africânder, por via da iniciativa tomada a partir de posições no aparelho de Estado. Apenas a título de comparação do impacto económico e financeiro deste investimento, refira-se o facto de a construção da Sasol I ter custado, entre 1950 e 1956, a soma de 40 milhões de libras, enquanto que o total do capital autorizado da AECI não excedia os 23 milhões e o custo da expansão da produção de amónia, entre 1958 e 1960, não ter sido mais do que 10 milhões.

9.7.7 O caso da siderurgia

Um outro bom exemplo ilustrativo da política prosseguida pelos governos de base africânder é o caso da criação da Iscor³⁸¹. Convém começar por esclarecer que não é correcta a asserção de que a Iscor tenha sido simplesmente ou apenas uma criação do Estado, em apoio do capital nacional africânder e contra os interesses do capital imperial. Uma tal asserção corre o risco de ser, quer superficial, quer mesmo enganadora. Por outras palavras, o objectivo mais profundo não era criar apenas mais um pólo de acumulação de capital em favor do grupo africânder. Considerando o papel fulcral desempenhado pelo aço em qualquer processo de industrialização, o interesse era mais, e sobretudo, forçar a criação de uma cadeia ou rede de interligações mais forte e de tipo estrutural e estruturante, entre o Estado e os diversos segmentos ou grupos económicos privados.

Assim sendo, já em 1922 Jan Smuts, então ainda Chefe do Governo, tentara persuadir diversos proprietários de minas de ouro, como Lionel Phillips, Solby Joel, a família Albus e Ernest Oppenheimer, a investir na indústria do ferro e do aço, a qual deveria vir a ser apoiada pelo Estado. Ainda em 1922, Smuts conseguiu que fosse aprovada pelo Parlamento uma lei através da qual o Estado pagaria prémios incentivadores a quaisquer produtores de ferro e aço, de grande escala, na África do Sul. Esse sistema de incentivos foi retomado em 1926 pelo chamado Governo do Pacto. Só quando se veio a revelar que, por significativa falta de interesse da parte dos 'capitalistas ingleses', o esquema de incentivos era simplesmente inútil, por inoperante e sem quaisquer resultados, o governo decidiu-se pela criação da Iscor.

381 ISCOR-Iron and Steel Corporation.

Já em 1924, nove anos antes de a Iscor ter dado início à sua produção, todo um conjunto de empresas metalúrgicas dedicadas a diversas actividades de fabricação de ferro e aço, contribuíam com quase 19% do produto bruto de todo o sector fabril. Por outro lado, convém lembrar que, até por simples razões de economias de escala, o sistema de incentivos, na prática, só poderia ter resultado se atribuído em exclusividade a um único fabricante. Em razão desse facto, a concorrência para a obtenção da concessão para a produção de ferro e aço, resumia-se apenas a dois grupos rivais: por um lado, a Usko ou Union Steel Corporation, a qual se propunha expandir a capacidade de produção da sua fundição de Newcastle, Província do Natal, fundição baseada no processamento de ferro-velho; por outro lado, a PIM ou Pretoria Iron Mines, a qual era apoiada pelo grupo de influência política de Pretória (africânder). Embora a USKO-Union Steel Corporation tivesse necessariamente que ter tido até aí um bom relacionamento com o Estado sul-africano, em particular através das compras e fornecimentos aos Caminhos de Ferro, a verdade é que, do ponto de vista dos grupos africânderes que enformavam o governo e o Estado, a USKO não deixava de ter que ser categorizada e vista como capital local inglês, senão mesmo capital imperial. Isto apesar de ter que concorrer com empresas genuinamente estrangeiras (belgas, alemãs e inglesas) que forneciam a maior parte do aço consumido na União Sul-Africana.

Por seu lado a PIM-Pretoria Iron Mines era claramente vista e categorizada como fazendo parte do campo capital nacional africânder. Muito significativamente, enquanto a USKO tinha obtido os seus capitais em Inglaterra (Kaplan, 1986, p. 132), o proprietário da PIM, já em 1924, tinha visto serem rejeitadas as suas tentativas de obtenção de capitais em Londres, para financiamento da expansão das suas actividades fabris, facto que aumentara o sentimento, já então prevalecente, da necessidade de promoção e defesa do capital nacional africânder.

Como seria de esperar, a criação da Iscor esteve rodeada de diversas peripécias, as quais podem levar a diferentes e por vezes contraditórias interpretações, quer no que diz respeito às motivações subjacentes (relativamente aos seus instigadores e promotores por parte do Estado), quer no que diz respeito às consequências e impactos que a sua concretização veio a ter no processo de industrialização da África do Sul. Como assinala Neville Clark (1987), o caso da Iscor é apenas mais um exemplo do objectivo do Estado sul-africano em criar e adensar uma rede de interdependências entre empresas privadas e empresas estatais. Importa sublinhar que, desta forma, se criavam cada vez mais espaços e oportunidades de promoção social e económica dos africânderes.

Depois de ter iniciado a sua produção, a Iscor teve naturalmente que se adaptar ou acomodar à situação pré-existente nos mercados do ferro e do aço,

entrando em *joint ventures* ou projectos comuns com as empresas locais distribuidoras de produtos de aço e derivados, oriundos de fábricas europeias, vindo mesmo a participar no cartel internacional de produtores de aço, em 1935, reservando apenas para si e outros produtores locais, 1/3 do mercado doméstico, mas aumentando os preços para todos, na qualidade de reconhecida *price leader*³⁸². Por outras palavras, tratava-se de mais uma forma (aliás mal disfarçada) de colecta de rendas de quasi-monopólio com o resultado final de acelerar o processo de acumulação de capital sob controle africânder.

É igualmente importante assinalar que a criação da Iscor, mesmo tendo sido originada fora do enquadramento de uma política económica, global e compreensiva, de industrialização, acabou por constituir mais um pólo de recolha de rendas e de acumulação de capital em favor do grupo africânder que liderava este processo – algo que se poderia considerar como um efeito derivado. Também se pode argumentar que a decisão do Governo do Pacto (compromisso entre trabalhistas britânicos brancos e nacionalistas africânderes) de avançar com a criação da Iscor, não fora apenas para favorecer directamente os interesses do capital nacional africânder, em detrimento do chamado capital estrangeiro e/ou imperial. Esse favorecimento foi também indirecto e mais abrangente, dado o carácter estruturante de um empreendimento como a Iscor. Assim, dentro da estrutura de empresas do Estado, os Caminhos de Ferro tinham que pagar os mesmos preços (mais elevados) tal como todos os outros consumidores. Isto, mesmo considerando que as despesas e receitas adicionais, oriundas desses preços mais elevados iam beneficiar os produtores e fornecedores estrangeiros, que tinham por sua conta cerca de 2/3 do mercado doméstico, lembre-se. Considerando a importância dos caminhos-de-ferro na economia da África do Sul, assim como o facto comezinho de, em todo o caso, os seus próprios preços, para transporte de toda a espécie de mercadorias, em particular minérios, reflectirem naturalmente os custos mais elevados dos produtos derivados do aço, o resultado global era um de ganho líquido para o processo global de recolha de rendas e acumulação de capital. Aliás, e só para concluir estes breves apontamentos sobre a Iscor, esta empresa cedo começou a diversificar as suas operações industriais, passando a estar envolvida em actividades tais como a produção e distribuição de gás, carvão, *coke*³⁸³, alcatrão, electricidade e soda cáustica.

Uma consequência negativa do desenquadramento da estratégia da Iscor foi o não desenvolvimento sistemático de actividades metalúrgicas, enquadradas a montante ou a jusante da produção do ferro e do aço, tais como a fabricação metalomecânica ou um segmento de engenharia com isso relacionado,

382 Empresa que, em situação de oligopólio, pela sua posição dominante, pode determinar o nível dos preços no mercado respectivo.

383 Produto derivado do carvão, com elevado teor de betume e adequado para a fabricação do aço.

tudo em consequência dos custos de operação mais elevados em resultado da política de preços da Iscor. Ou seja, e por outras palavras, era evidente que o objectivo não era propriamente incentivar a industrialização, criando condições ou favorecendo a emergência de actividades industriais diversificadas, da África do Sul como um todo, mas sim a conquista de posições privilegiadas, ou de aproximação a essas posições, por parte de um específico grupo social, no processo global de acumulação de capital.

No caso da Eskom (ou Electricity Supply Commission), criada em consequência da Lei da Electricidade de 1922, é importante assinalar que esta empresa estatal permaneceu, durante todo o período entre as duas guerras mundiais, numa posição de relativa subalternidade em relação à VFTPC (ou Victoria Falls and Transvaal Power Company), a qual era a principal (ou quase exclusiva) beneficiária dos contratos altamente lucrativos com as companhias mineiras. Isto apesar de o monopólio da produção, e apenas esse, ter ficado a cargo da Eskom desde a sua criação.

Neste cenário de dependência relativamente ao mercado constituído pelas companhias mineiras, o papel da Eskom (e da Iscor), como instrumentos de uma eventual política industrial do Estado sul-africano foi, durante o período entre as duas guerras mundiais, um papel secundário em relação ao que foi desempenhado pelos Caminhos de Ferro. Por um lado, nada antes impedira as companhias mineiras de produzirem a sua própria energia eléctrica (se tivesse sido caso disso) e, por outro lado, a Iscor viu-se forçada a acomodar, por via da força do cartel internacional em que estava enquadrada, os interesses já instalados nesse segmento de actividade. Tiveram assim que se 'limitar' a serem aquilo que em realidade se propunham ser: pólos de acumulação de capital. Por outras palavras, e remetendo-nos para o já referido debate sobre a industrialização, nestas circunstâncias não era fácil às empresas estatais, mesmo que fosse esse o objectivo primário, servirem como instrumento de intervenção de uma coerente e coordenada política de industrialização, até pela relativa fraqueza que então ainda se verificava por parte dos interesses e capacidades económicas do capital africânder.

9.7.8 Transformação do C.E.M. a partir do fim dos Anos Setenta

Ao longo dos anos 70, e continuando a dependência estrutural da economia sul-africana relativamente às actividades de exploração mineira, verifica-se que o grande impulso para a expansão do complexo energético-mineiro vem de uma significativa expansão da exploração mineira do carvão, quer para transformação interna, em combustíveis líquidos e em energia eléctrica, quer para exportação. Se adoptarmos uma perspectiva convencional relativamente

ao processo de industrialização da África do Sul, podemos concluir pelo seu relativo sucesso, ao considerarmos que o peso do sector industrial fabril passou de 7,5% do PIB em 1924, para 26% em 1990. (Fine & Rustonjee, 1996). No entanto, se adoptarmos uma perspectiva histórica mais detalhada e se tivermos em conta a estrutura integrada do complexo energético-mineiro e se aí, naturalmente, incluirmos (porque aí efectivamente pertencem) as actividades industriais associadas à mineração, verificamos que o processo de industrialização específico da África do Sul, e no seu sentido mais comum, foi menos bem sucedido do que parecem indicar as estatísticas convencionais. Isto na medida em que o sector fabril propriamente dito passou de 4% do PIB em 1924, para apenas 15% em 1950, tendo desde então estabilizado nessa percentagem. Em todo o caso, e é essa questão que aqui importa sublinhar, pode-se sempre argumentar que não se deve falar de 'sucesso' ou 'insucesso' de um processo de industrialização³⁸⁴, uma vez que não tinha sido propriamente esse o objectivo primordial do Estado.

As actividades fabris, fora do universo do complexo energético-mineiro não conseguiram constituir-se em pólo autónomo de crescimento e desenvolvimento industrial. A complementar este raciocínio, note-se que nem as condições político-institucionais, nem a sequência de conjunturas económicas e políticas internacionais foram, em todo o caso, favoráveis à adopção de políticas de industrialização autónomas ou independentes do crescimento próprio do CEM. O aumento do preço do ouro, assim como dos produtos energéticos nos mercados mundiais, nos primeiros anos da década de 70, são disso uma boa ilustração. Por um lado, o aumento do preço do ouro atraía os investimentos na sua mineração, fazendo aquilo que os economistas chamam de *crowding out*³⁸⁵ em relação a outras eventuais oportunidades de investimento. Por outro lado, o aumento dos preços dos produtos energéticos nos mercados mundiais encorajava o investimento na mineração do carvão e na petroquímica, originando assim mais um fenómeno de *crowding out* relativamente a outras possíveis oportunidades de investimento.

Entretanto, a continuação do até aí bem sucedido projecto de prossecução da paridade com o capital inglês por parte do capital africânder, sob o patrocínio do poder político, veio a permitir ao Estado sul-africano adoptar, pela primeira vez, uma consistente política de coordenação de políticas industriais, envolvendo já as duas fracções do capital sul-africano. O melhor indicador ilustrativo da nova situação foi claramente a expansão da produção de energia

384 Processo auto-sustentado e diversificadamente integrado com outras actividades económicas.

385 Expressão que traduz a ideia de que os recursos investidos em qualquer actividade ficam indisponíveis para outros investimentos alternativos. Com os investimentos a fluírem para as minas de ouro, não havia 'mais espaço' para outros investimentos.

eléctrica por parte da Eskom, assim como o lançamento da exportação de carvão através do porto de Richards Bay (ao Sul de Maputo), que foi desenvolvido especificamente para esse efeito.

Para além de algum desenvolvimento de indústrias fabris derivadas de encomendas militares e de fornecimentos a novos projectos no âmbito da expansão do complexo energético-mineiro, o grande impulso nos anos 70 veio da maior produção de carvão para fornecimento de matéria-prima às novas centrais de transformação de carvão em combustíveis líquidos, Sasol II e Sasol III, assim como um significativo aumento nas exportações de carvão, na sequência de um contrato de grandes dimensões e a longo prazo, portanto com características estruturantes, para o fornecimento plurianual de grandes quantidades de carvão a fábricas siderúrgicas japonesas. No que respeita à consolidação do capital africânder, a TNC-Trans Natal Coal Corporation (empresa subsidiária da Genmin), por meio do patrocínio da Eskom, tornou-se simplesmente na maior produtora individual de carvão de toda a África do Sul. Assim, através de várias operações de integração empresarial, a indústria do carvão veio a consolidar-se à volta de três grandes grupos: a Amcoal (subsidiária da Anglo American Corporation), a TNC (subsidiária da Genmin) e a Rand Coal (subsidiária da Rand Mines). Sem o apoio e coordenação do aparelho estatal, não se teria verificado o desenvolvimento da indústria do carvão, por parte do capital africânder, à escala a que se veio a verificar.

Tal como acima referido, no princípio dos anos 70, a TCOA (cartel dos produtores de carvão) firmou um acordo de longo prazo com um conjunto de empresas siderúrgicas japonesas para o fornecimento de grandes quantidades de carvão. Esta nova linha de saída de produtos mineiros iria exceder as capacidades de manuseamento então existentes no eixo tradicionalmente utilizado com saída pelo porto da então cidade de Lourenço Marques. Foi necessário à TCOA entrar em negociações com o Estado sul-africano de modo a conseguir-se o desenvolvimento de um porto oceânico de águas profundas em Richards Bay, na Província do Natal. Um tal empreendimento implicava mais uma ronda de enormes investimentos públicos e privados. O investimento no segmento do carvão, entre 1975 e 1988, representou, em média, 13% da totalidade dos investimentos em todo o sector mineiro.

Tal como também assinalam Fine e Rustonjee, o complexo energético-mineiro continuou a ser o *locus* central de acumulação de capital. Por essa razão o dito complexo energéticomineiro foi também a plataforma de expansão e relativa prosperidade durante os anos 70, sendo ainda, e até por ausência de alternativas conseqüentes, entretanto não criadas, a razão pela qual a estagna-

ção no complexo energético-mineiro veio a estar na origem da crise de crescimento em meados dos anos 80³⁸⁶.

Entretanto, e no que diz respeito à aproximação e interpenetração de capitais africânder e inglês, no caso das indústrias químicas, tal aproximação e interpenetração foi menos visível do que nos outros segmentos de actividade industrial, apesar da construção de centrais de processamento de carvão da Sasol ter levado a alguma interpenetração de actividades de produção e transformação situadas a jusante da transformação de base, efectuada nas fábricas da Sasol. Um bom exemplo foi o lançamento, em conjunto, por parte da Sentrachem (capital Africânder) e da AECI (capital inglês) de uma fábrica para a produção de PVC (a Coalplex), em Sasolburg.

Por outro lado, apesar da relativa interpenetração e acomodação do capital africânder por parte do capital inglês, já em meados dos anos 70, não deixava de continuar a haver concorrência entre estas duas fracções do capital nacional, sempre que se apresentavam situações ou oportunidades que permitissem a uma das partes ganhar vantagens competitivas de escala. Em 1975, por exemplo, a Genmin (capital africânder) adquiriu a Union Corporation (capital inglês) em circunstâncias que ilustram bem o carácter das relações emergentes entre as duas fracções do capital nacional.

Em 1974, a Gold Fields of South Africa anunciara uma oferta de compra da Union Corporation, a qual era então uma das maiores empresas mineiras sul-africanas ditas 'independentes'. A interpenetração de capitais anteriormente verificada tinha vindo a resultar em que a Anglo American Corporation e a Genmin tivessem ambas fracções de capital de carácter estratégico na Union Corporation, respectivamente de 10% e 7%, sendo que a posse dos 10% da Anglo American Corporation era exercida através da sua subsidiária Charter Consolidated baseada em Londres. Para complicar ainda mais o cenário, dir-se-á também que a Anglo American Corporation era, por sua vez, proprietária de 10% do capital da Genmin. Sentindo a sua posição ameaçada pela oferta de compra por parte da GFSA, a Anglo American Corporation começou por oferecer a sua parte na Union Corporation à Genmin, mas como esta, em vez de comprar os 10% da Anglo American, tinha aumentado a sua participação na Union Corporation para 29,9%, a Anglo American passou a oferecer o seu apoio à GFSA. Como a empresa-mãe da Genmin (a Sanlam) não estava disposta a arcar com a totalidade do risco da operação financeira envolvida, a Genmin só conseguiu adquirir o controle financeiro da Union Corporation com o apoio financeiro do grupo Rembrandt. Em consequência deste apoio, a

386 Como foi observado noutra parte deste ensaio, o surgimento da crise em meados dos anos 80 – portanto, com atraso em relação aos países mais avançados – deveu-se ao carácter estrutural e de investimentos a longo prazo, típicos das actividades mineiras. Debaixo dessa crise, é a tese aqui defendida, está o comportamento a longo prazo da taxa de lucro.

Rembrandt veio a adquirir 25% da Genmin, a qual por sua vez se veio a reestruturar dando origem à actual Gencor (Fine & Rustomjee, 1998, p. 173)³⁸⁷. Por outras palavras, em meados dos anos 70, a ideologia empresarial³⁸⁸ manifestava-se de forma clara e tranquila no seio da comunidade africânder, onde era cada vez mais predominante a mundivisão que viria a propiciar o terreno fértil para a transição democrática. Através da aquisição da Union Corporation o capital africânder adquiria assim posições significativas em mais dois segmentos importantes da actividade mineira e industrial. Por um lado, a mineração e processamento da platina, através da Impala que se veio a transformar na segunda maior empresa produtora de platina de todo o mundo³⁸⁹ e, por outro lado, o processamento da polpa de papel através da SAPI-South Africa Pulp and Paper Industries. Este caso ilustra também alguns conflitos que por vezes emergiam entre as duas principais fracções do capital africânder, para o caso a Sanlam e o grupo Rembrandt.

Para resumir, ao longo dos anos 80 assiste-se à emergência, ou melhor à consolidação, de cinco grandes «eixos» de capital (como dizem Ben Fine e Zavareh Rustomjee) cobrindo as actividades mineiras, as actividades agroindustriais, as indústrias fabris e as actividades puramente financeiras. Temos assim o conglomerado Anglo American Corporation, o conglomerado Sanlam, o grupo Rembrandt, o grupo Anglovaal, e o grupo Barlow. A esses grandes conglomerados, acrescenta-se um sexto «eixo»: o grupo Liberty/Standard.

O conglomerado Anglo American Corporation tinha-se expandido a partir da mineração do ouro e dos diamantes para as indústrias fabris associadas ao complexo energético-mineiro, para actividades financeiras e, mais importante ainda, tinha-se expandido para actividades mineiras à escala mundial. Por seu lado, a Sanlam tinha utilizado os recursos financeiros africânderes que fora recolhendo nas actividades iniciais de seguros de vida e banca, para penetrar nos sectores das minas e das indústrias fabris. O grupo Rembrandt, apesar de manter o seu núcleo de actividades nas agroindústrias (tabaco e bebidas alcoólicas), tinha não só expandido essas actividades a nível mundial, como procedido também a uma diversificação da sua carteira de investimentos. No caso da Anglovaal, este grupo tinha mantido a sua base histórica de empresas concentradas nas indústrias fabris, associadas ao conjunto de actividades centrais do CEM. O grupo Barlow tinha alargado as suas actividades para a fabricação e efectuara parte da sua diversificação através da compra da Rand

387 <http://sea-us.org.au/gulliver/gencor.html>

388 *Aquisições, fusões e trocas de participações de capital, sempre em busca de oportunidades de investimento e aplicações financeiras, minimização de custos por optimização de escala, tudo na incessante busca da maximização da taxa de lucro ou das suas manifestações derivadas – mais e maiores oportunidades de carreira para os executivos de topo das organizações empresariais.*

389 Logo a seguir à Rustenburg Platinum Ltd da Anglo American Corporation.

Mines, em 1971, com o apoio financeiro da South Africa Mutual Ltd. Apenas o grupo Liberty/Standard tinha permanecido exclusivamente financeiro.

Referi mais atrás a crise de crescimento que se verificou na África do Sul, em meados dos anos 80. Tenho repetidas vezes referido a tendência de fundo, inerente ao funcionamento normal do sistema capitalista não regulado, para a queda da taxa de lucro. Aquela crise de crescimento foi, em rigor, apenas a manifestação localizada da crise sistémica em propagação desde o centro do sistema, a partir dos primeiros anos da década anterior. Não posso deixar de aqui sublinhar - mais uma vez - o carácter *tendencial* da já referida 'lei' marxista.

A estrutura da economia da África do Sul, onde predominam empresas e projectos de grande dimensão temporal³⁹⁰, tem também uma especificidade própria, dado o carácter estruturante dos empreendimentos mineiros e de transformação de matérias-primas em grande escala. Dada a estrutural dependência financeira, pela necessidade de mobilização de avultados capitais, relativamente ao lançamento de novos grandes empreendimentos, criou-se, ao longo das décadas, como que uma «via de banda larga» de fluxos financeiros que, adequadamente utilizados, puderam propiciar aos africânderes a tranquilidade necessária para as tomadas de decisão que se impunham nas novas circunstâncias. Por outras palavras, por volta dos anos 80, as divisões entre o capital africânder e o capital inglês já estavam suficientemente diluídas para permitir uma mais eficiente coordenação das políticas industriais. Pela sua parte, o capital africânder tinha, para os efeitos políticos pretendidos, alcançado o seu objectivo histórico: a paridade social e económica com o capital inglês (este de raiz imperial). E, por tabela, a sua internacionalização. O subsistema social e económico sul-africano estava, assim, maduro para se poder proceder ao desmantelamento do regime político do *apartheid*. Para resumir e concluir a descrição sucinta de todo o processo de aproximação ao estatuto social e económico dos ingleses, por parte dos africânderes, podemos então regressar ao já referido velho ditado africânder, '*n Boer maak 'n plan* ou «um bôer a fazer planos...». A esse respeito, refira-se a obra do Prof. Johannes Sadie, da Universidade de Stellenbosh, *The Fall and Rise of the Afrikaner In the South African Economy* (2002), a partir da qual se elaboraram os quadros seguintes.

390 O lançamento da exploração de um novo campo mineiro, ou de transformação de matérias-primas a partir da sua extracção, exige sempre a mobilização de elevados capitais e quase sempre envolve anos de planeamento e execução até se chegar à 'velocidade de cruzeiro'. Esta característica, muito marcada nas actividades mineiras, introduz na estrutura da economia da África do Sul um elemento de perturbação positiva relativamente à manifestação daquela lei tendencial.

Ekonomiese Volkskongres - 1950		1920	1930	1940	1948	1955	1960	1970	1975
Rendimento pessoal	Ingleses	100	100	100	100	100	100	100	100
	Africânderes	24%	32%	42%	55%	73%	80%	86%	91%
Crescimento relativo	Total economia				3 x				
	Africânderes				15 x				
	Banca inglesa				11%				
	Volkskas				300%				

Neste primeiro quadro é claramente visível a evolução da aproximação, ao longo de cinco décadas, escolhendo-se os indicadores fundamentais do processo: o rendimento pessoal *per capita*, o crescimento da economia como um todo e o crescimento do sector bancário. Como vemos, em menos de 60 anos, os africânderes passaram de um rendimento *per capita* na ordem de apenas 24% da média dos ingleses, para 91% desse rendimento de referência. Chama-se também a atenção para o crescimento da participação dos africânderes na economia como um todo. Os africânderes cresceram 15 vezes enquanto a economia como um todo cresceu 'apenas' 3 vezes, no mesmo período de tempo. É ainda de assinalar o crescimento africânder no sector crítico e estratégico que é a banca. Enquanto a banca inglesa cresceu 11% entre 1948 e 1955, só a Volkskas, lançada por iniciativa da *Afrikaner Broederbond*, cresceu, no mesmo período, 300%. Tal como foi analisado anteriormente, este facto deveu-se à conquista do poder político por parte do Partido Nacional em 1948, mudando-se grande parte dos depósitos das contas do Estado, assim como das empresas públicas e estatais, para aquele banco de origem africânder.

Ekonomiese Volkskongres 1950	Comércio	Indústria	Finanças	Minas	Total economia privada
1938-1939	8%	3%	5%	1%	5%
1948-1949	25%	6%	6%	1%	11%
1958-1959	40%	22%	20%	7%	24%
1968-1969	45%	41%	45%	21%	40%

Neste segundo quadro, vemos a evolução da participação africânder na economia privada. É de sublinhar que os dados dizem apenas respeito à economia privada, dado o já referido carácter de economia mista da economia sul-africana ao longo de décadas e, sobretudo, tendo em conta o peso das em-

presas públicas e estatais, quer no emprego, quer no produto interno bruto. O peso relativo dos africanos, somente no âmbito da economia privada, passou de 5% em 1938-39, para 40% em 1968-69.

9.8 Situação em fins dos Anos Noventa

Ao iniciar a discussão da configuração socioeconómica a partir da qual o grupo dirigente africano iniciou a sua marcha rumo à paridade social e económica com os ingleses da África do Sul, referi a existência de dois grandes segmentos de capital, sendo que um deles (o inglês) era claramente dominante. As disparidades de rendimento e estatuto social e económico, nos primeiros anos do século xx, foram também referidas.

Referi também a existência de alguns grandes conglomerados empresariais privados, com interesses financeiros e industriais, designadamente: SA Mutual, Sanlam, Anglo American Corporation, Liberty/Standard, Rembrandt/Volkskas e Anglovaal. O ritmo de transformação recente da estrutura empresarial na África do Sul tem sido acelerado, não só por via do processo comum às economias capitalistas de fusões e aquisições, mas também por via do programa governamental de *Black Economic Empowerment* (BEE)³⁹¹, programa que, em muitos casos, foi antecipado pelos próprios grupos empresariais. Verifica-se, em todo o caso, alguma continuidade na estrutura global, embora tenha havido casos de alteração de nomes e de transferências das sedes financeiras para fora da África do Sul, em particular para Londres. Assim, a South Africa Mutual continuava a ter posição dominante nas seguintes empresas: Nedbank, Africa Mutual, UAL Merchant Bank Ltd³⁹² (entretanto transformado em Nedcor Investment Bank), Permanent Building Society, Barlow Rand³⁹³ e Rand Mines. No caso da Sanlam, esta controla (entre outras) as seguintes empresas: Trust/Sanlam Bank, Senbank, Gencor e Malbank. O grupo Liberty/Standard, por sua vez, corresponde ao conjunto Liberty Life, Standard Bank e SCMB-Standard Chartered and Merchant Bank Ltd. A Anglo American Corporation continua a ser o conglomerado dominante e controla hoje, no total, mais de cem empresas em diversos ramos de actividade. Tem a sua sede em Londres e, entre os seus grupos mais importantes, contam-se a AMIC-Anglo American Industrial Corporation, Southern Life, First National Bank, First Corporate Bank, Amgold ou Anglo American Gold Corporation Ltd, Amcoal

391 Programa destinado a «corrigir desvantagens económicas historicamente determinadas».

392 Resultante de anterior fusão de United Bank, Amalgamated Life Insurance e Liberty Bank.

393 Grupo de construção civil, com origem na representação local dos equipamentos Caterpillar.

ou Anglo American Coal Corporation Ltd, De Beers Group e JCI-Joanesburgo Consolidated Investments Ltd³⁹⁴.

Entretanto, o anterior conglomerado Rembrandt/Volkskas, mantendo embora as ligações de propriedade recíproca entre os seus principais componentes, dividiu-se claramente em dois grupos distintos: o Venfin, que agrupa as actividades industriais na África do Sul e no resto do mundo, enquanto a Volkskas deu origem ao grupo ABSA-Allied Banks of South Africa, englobando os anteriores bancos Trust Bank, Volkskas, United e Allied. O conglomerado Anglovaal, mantendo praticamente a mesma estrutura de propriedade, alargou os seus investimentos às actividades mineiras, mas mantendo interesses nas indústrias fabris e nos serviços. Entretanto, parecem emergir alguns grupos autónomos relativamente à anterior estrutura, nomeadamente a GFSA-Gold Fields of South Africa. Uma análise mais detalhada das tabelas de interesses cruzados de todos estes grupos e conglomerados, assim como dos nomes de família dos membros dos conselhos de administração, mostram bem que o grau de interpenetração entre os segmentos africânder e inglês, entretanto alcançado, é praticamente total. Por outras palavras, hoje já não se pode mais falar de capital africânder e de capital inglês, de tal maneira estes dois segmentos se encontram hoje entrosados. Assim, e a título de ilustração, indicamos o facto de, numa amostra de nomes de membros dos conselhos de administração recolhida nos ficheiros Mbendi³⁹⁵, termos encontrado uma profusão de nomes de famílias africânderes de elite em praticamente todos os conselhos de administração e quadros executivos de todos os conglomerados, grupos e empresas consultadas. Na distribuição de nomes, continua a verificar-se que os nomes de topo ou de proprietários principais estão associados a determinados grupos com raízes históricas distintas. Assim, por exemplo, o grupo Venfin (antigo conglomerado Rembrandt) continua a ser controlado pela família Rupert, da Cidade do Cabo. No caso da Anglo American Corporation, os proprietários com controle de capital, continuam a ser membros da família Oppenheimer. O mesmo se passa com a Sanlam ou a SA Mutual (predomínio africânder). Mas em qualquer destes grupos ou conglomerados de empresas é hoje normal encontrar representantes da outra comunidade. Também se verifica a profusão de nomes africanos, numa clara indicação dos efeitos do programa de *Black Empowerment* posto em marcha pelo novo regime.

Entretanto, e este aspecto é, quanto a mim, o mais fundamental para a tese aqui defendida, há que assinalar a alteração radical na estrutura de proprieda-

394 Vendida, entretanto, a um empresário negro, Mzi Khumalo, no quadro do movimento de black empowerment.

395 Empresa privada sul-africana que se dedica à recolha e venda de informação detalhada sobre o mundo empresarial. Consultando as centenas de ficheiros disponíveis através da rede www, é possível fazer toda a espécie de levantamentos sobre a situação actual, e antecedentes históricos, do mundo empresarial sul-africano. Ver a partir de <http://www.mbendi.co.za/>

de do capital na indústria mineira. Tive ocasião de referir já a financeirização do sistema, assim como o papel aí desempenhado pelas novas tecnologias da informação e comunicação. Tal tem permitido uma mobilidade de capitais, com um novo e surpreendente grau de liberdade ao longo de múltiplas cadeias de aplicação de capitais financeiros. O indicador mais elucidativo que podemos encontrar da utilização da financeirização do sistema e do fenómeno da globalização neoliberal, por parte da elite sul-africana de origem africânder para beneficiar da sua plena integração no capitalismo internacional, é a permissão obtida do governo sul-africano, entre 1999 e 2001, para que algumas das maiores empresas sul-africanas, algumas delas antigos bastiões do poder económico africânder então em ascendência, pudessem transferir a sua sede de capitalização bolsista da bolsa de valores de Joanesburgo para Londres³⁹⁶. Aproveitando a transição para um novo regime democrático, as elites dirigentes do mundo empresarial na África do Sul, com os elementos de origem africânder já plenamente inseridos na nova ordem internacional, solicitaram ao novo poder político sul-africano a permissão para transferir para Londres a sede de algumas das mais significativas empresas sul-africanas. A justificação apresentada era a muito menor capacidade da Bolsa de Valores de Joanesburgo em satisfazer a procura de liquidez financeira das emergentes multinacionais de base sul-africana, para novos investimentos reprodutivos, quer na África do Sul, quer noutros países onde surgissem novas e atraentes oportunidades de investimento. Em resultado das autorizações obtidas, em fins de 2003, segundo um relatório da própria *Chamber of Mines*, a fatia de propriedade estrangeira da capitalização total em bolsa das empresas mineiras sul-africanas, era já de 76%.

A base de propriedade da indústria [mineira] mudou materialmente. Há uma década atrás, as empresas mineira sul-africanas – estrangidas pelas sanções financeiras e comerciais e controles de câmbios – eram predominantemente da propriedade de accionistas sul-africanos e de um pequeno número de famílias. Actualmente cerca de 76% da capitalização da indústria [mineira] é propriedade de estrangeiros.³⁹⁷

O caso mais notório foi o da Anglo American Corporation e deu origem a alguma polémica envolvendo um seu executivo sénior e o Presidente Thabo Mbeki. Isto porque, já depois da autorização concedida e da transferência efectuada, da sede principal e da listagem primária da Bolsa de Joanesburgo para a Bolsa de Londres, aquele executivo da AAC teria referido publicamente o

396 Mail and Guardian, 6 e 13 de Dezembro de 2001.

397 <http://www.bullion.org.za/welcome.htm>

relativo risco dos investimentos na África do Sul para justificar alguns investimentos da AAC noutras regiões.³⁹⁸

9.9 Brevíssimas reflexões finais sobre a situação actual

Tendo-me proposto estudar o percurso seguido pela comunidade nacional africânder ao longo de cerca de três gerações para alcançar a paridade social e económica com os ingleses, seria razoável reflectir, ainda que muito brevemente, sobre a evolução e situação presente do subsistema «África do Sul», ao longo dos anos do período pós-*apartheid*.

Começa-se por assinalar, desde logo, a ambiguidade em que tem assentado o regime liderado pelo ANC. Importa lembrar que a coligação que tem governado a África do Sul assenta basicamente no ANC, na COSATU e no SACP. A referida ambiguidade resulta das diferenças de perspectivas ideológicas por parte do ANC e dos seus mais directos e históricos aliados, com base na incontornável *Freedom Charter*, contra o pano de fundo do sistema. Os governantes têm-se apresentado à sua base de apoio como uma formação que prossegue o socialismo (ou uma democracia socialista) mas, por imposição das circunstâncias estruturais do sistema-mundo, em que os dirigentes do ANC vieram encontrar a África do Sul, o seu discurso predominante, assim como as políticas mais significativas e estruturantes, tem sido de aceitação das 'regras do jogo' da globalização neoliberal imposta pelas instituições do Consenso de Washington. Como aliás assinalam alguns observadores críticos (Bond, 2002), o discurso governamental tem evoluído, ao longo dos últimos dez anos, sem que a substância da intervenção política no terreno se tenha alterado de forma significativa: em termos necessariamente resumidos, a aceitação das regras do jogo, tal como formuladas pelo *Washington Consensus* e a globalização neoliberal. Foi assim que se foi evoluindo de um programa GEAR³⁹⁹, para um programa RDP⁴⁰⁰ para agora se acenar com a NePAD⁴⁰¹, sem que o conteúdo substantivo das políticas se tenha de facto alterado, embora se reconheçam algumas melhorias genéricas no acesso a serviços básicos como a saúde e a educação.

Nesta data, os grandes problemas com que se confronta o ANC e seus aliados na direcção do Estado sul-africano podem resumir-se aos seguintes: o desemprego estrutural persistente, a política de redistribuição sob a forma de *black empowerment* e de *affirmative action*⁴⁰², a questão fundiária e de uma

398 <http://www.anc.org.za/ancdocs/ancoday/2004/text/at36.txt> ; <http://www.capetimes.co.za/index.php?fSectionId=271&fArticleId=2223755>

399 Growth, Employment and Redistribution.

400 Reconstruction and Development Programme.

401 New Partnership for Africa's Development.

402 Programa lançado pelo novo regime, propondo corrigir as desigualdades herdadas do regime de *apartheid* através de uma espécie de

eventual reforma agrária e a situação endêmica da HIV/Sida. Como problema de fundo, mas de grau relativamente menor, há ainda a situação da fuga de cérebros.

Começemos por referir que, de acordo com uma das teses subjacentes a este livro e que foi já aqui referida, devíamos antes sublinhar o carácter sistémico da actual situação de desemprego usualmente dito «estrutural» na África do Sul⁴⁰³. Por outras palavras, a menos que se venha a adoptar um novo e radicalmente distinto modelo de desenvolvimento, não será visível a forma como se possa reduzir, de forma significativa e sustentada, o actual nível de desemprego. De acordo com estatísticas governamentais, o desemprego subiu de menos de 20% em 1996, para 30% em 2003, e o número de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza (USD60 por mês), subiu de 28% em 1995 para 33% em 1999⁴⁰⁴, com este indicador nos 24,3% no final de 2009. Segundo relatórios do Banco Mundial, o desemprego (definição restrita) estava nos 26,7%, enquanto o desemprego em 'sentido lato' era de 38,8%.

Quanto às políticas que se propõem estabelecer algum reequilíbrio histórico e de promoção social e económica das populações até aqui discriminadas, políticas que assumem o nome de *affirmative action* e *black empowerment*, assinalam-se apenas alguns dos seus efeitos perversos. O caso da *affirmative action* tem dado lugar a um sentimento de insegurança (e até de injustiça) por parte de técnicos e profissionais brancos qualificados quando se vêm ser preteridos em favor de profissionais negros, apenas e tão-só pela cor da pele. Segundo muitos, e ao contrário do prometido pelos dirigentes do ANC, estaríamos agora perante uma situação inversa da discriminação verificada durante o regime de *apartheid*. Por sua vez, o *black empowerment* tem dado origem ao aparecimento de uma nova média e alta burguesia, oriunda dos quadros dirigentes dos partidos e sindicatos da coligação, os quais terão muito simplesmente sido cooptados pela alta burguesia branca (inglesa e africânder) de modo a partilhar os custos e benefícios da transição e novo regime político⁴⁰⁵. Nas palavras de Mohammed Allie, correspondente da BBC na África do Sul,

Terry Crawford-Browne, falando em nome da «Aliança de Economistas para a Redução de Armas»⁴⁰⁶ que tem lutado para impedir a compra por parte do governo de mais de 5 biliões de dólares em armamento a países europeus, não está nada impressionado com a existência de alguns que têm beneficia-

discriminação pela positiva.

403 O desemprego sistémico resulta de um crescimento exponencial na produtividade social agregada e a consequente tendência para a queda na taxa de lucro.

404 <http://globalpolicy.org/socecon/develop/democracy/2003/11safrica.htm>

405 O caso paradigmático é o de Cyril Ramaphosa, durante anos secretário-geral do COSATU e agora um dos milionários mais em evidência.

406 Economists Allied for Arms Reduction.

do da anterior legislação de «empoderamento negro», em especial aqueles que foram figuras proeminentes na luta de libertação. Os que dispunham de bons contactos políticos usaram esses contactos para enriquecimento pessoal e têm pouca consideração pela maioria. É trágico... a rapidez com que a nova elite esqueceu as suas origens.⁴⁰⁷

Continuando ainda na perspectiva dos críticos da actual governação da África do Sul, podemos encontrar, apenas a título de exemplo, um comentário, com algum sarcasmo e muita amargura, sobre a actual situação, por parte de um observador *coloured* que escreve no jornal *THE STAR*, de 7 de Novembro de 2002

Está a ver, conseguimos fazer com que o empresário branco se sentisse culpado e suficientemente ameaçado relativamente às suas fortunas que na realidade são eles que estão a dar alguma de livre vontade, começando por partilhar parte da riqueza, e começando a dar poder àqueles que antes eram excluídos. E a pressão continua para que façam ainda mais. O que é bom e correcto. Por mim, «apertem com eles». Mas, e aqueles que saltaram do zero para um milhão em menos de 10 anos? Porque é que as novas classes de negros endinheirados não-de ficar isentos de se preocupar com aqueles menos afortunados de entre nós? Porque é que de repente é assim tão correcto para eles só «sacar» e não dar algum de volta? Onde é que estão os seus mandatos de transformação; os seus planos para contribuir para aliviar o sofrimento dos pobres e dos desempregados; os seus projectos de dar mais poder às massas em nome de quem tanto gostam de falar? Mas a verdade é que há algo de profundamente desapontante na maneira como a nova elite negra se limita simplesmente a emular os seus anteriores senhores brancos. O mesmo snobismo, a mesma decadência, o mesmo gosto pela opulência e por automóveis caros, criando os seus filhos como pequenos docinhos negros, com roupas e sotaque de estilistas americanos, que olham com desprezo para as pessoas simples, como se estas fossem uns pacóvios.

E, mais adiante, a concluir e referindo-se ao movimento económico pan-africânder:

Não há muitas coisas de positivo que possamos aprender do nacionalismo Africânder. Mas uma dessas coisas é a maneira como os empobrecidos e derrotados Africânderes se reergueram depois da Guerra Anglo-Boer. Os poucos Africânderes com interesse pelos negócios arrancaram com grupos empresaria-

407 <http://globalpolicy.org/socecon/develop/democracy/2003/11safrica.htm>

riais como o Volkskas Bank, a Sanlam, a Santam e o Federale Volksbeleggings de modo a que os Africânderes pobres – não apenas uns tantos «gatos gordos» – pudessem participar na economia e sair da pobreza. Em 1939 realizaram um *Ekonomiese Volkskongres* e formaram o movimento *Helpmekaar* e o *Reddingsdaadbond*, com o mesmo objectivo. Em poucas décadas os Africânderes possuíam mais do que a sua fracção da economia e a pobreza extrema tinha sido erradicada. Porque razão não havemos de esperar algo de similar da parte dos empresários negros? (Preez, 2003).

No que diz respeito ao problema da posse da terra e de uma eventual «reforma agrária», põem-se duas questões: em primeiro lugar, a da produtividade ou aproveitamento efectivo e eficaz dos recursos naturais, assim como as competências técnicas e científicas para isso (Vircoulon, 2003); em segundo lugar, o receio, múltiplas vezes expresso, do efeito de dominó dos acontecimentos no Zimbabué e a expropriação ali verificada das mais eficientes fazendas agrícolas. A esse respeito, e algo confabulatoriamente, é por vezes referida na imprensa uma suposta «camaradagem de armas» entre Mbeki e Mugabe, vinda dos tempos da resistência, que ajudaria a explicar o facto de, até hoje, o governo sul-africano não ter sido capaz de se demarcar claramente da prática política prosseguida no Zimbabué a respeito da agricultura e da posse da terra. Em todo o caso, refira-se que a solução até agora encontrada e que tem estado a ser prosseguida, é a de repartição de terras na base de situações de «vendedor interessado» e «comprador capacitado», havendo alguns (mas insuficientes) fundos disponíveis no orçamento nacional para apoiar a transferência da posse de propriedades agrícolas. Finalmente, no que diz respeito à situação endémica da HIV/Sida, registre-se a inflexão tardia por parte de Thabo Mbeki e do Ministério da Saúde, face a uma anterior posição de minimização do problema. Estima-se que cerca de 14% da população negra da África do Sul está infectada com o vírus HIV, chegando em algumas províncias a atingir mais de 35% das mulheres grávidas. Assim, em 2008, cerca de 5,2 milhões de pessoas estavam infectadas com HIV/Sida, mais do que em qualquer outro país, e pensa-se que, em 2008, mais de 250.000 sul-africanos tenham morrido em resultado da infecção. A média nacional parece pairar em torno de 11%, com alguns grupos de idade particularmente afectadas. Quase uma em cada três mulheres com idade entre 25-29, e mais de um quarto dos homens com idade entre 30-34, estão infectados.

Em resultado destes números, e segundo um estudo do Banco Mundial⁴⁰⁸, a África do Sul poderia estar à beira de um progressivo colapso da sua econo-

408 The Long Run Economic Costs of AIDS: Theory and an Application to South Africa. Consultado em http://www.redribbon.co.za/business/default.asp?access_page=2097&access_query=news%5Fitem%3D280

mia por causa da abordagem *blasé*⁴⁰⁹ do governo relativamente à situação da HIV/Sida. O referido colapso pode vir a ser evitado se houver uma atribuição significativa de maiores recursos financeiros para a prevenção e tratamento, assim como no cuidado com os órfãos da Sida. O mesmo relatório faz referência ao facto de anteriormente terem sido subestimados os efeitos de longo prazo da epidemia. Madeleine Bunting (2004) refere mesmo que, até 2010, data da realização do Campeonato Mundial de Futebol na África do Sul, terão morrido entre oito e dez milhões de negros sul-africanos. A acreditar nos números contabilizados até meados de 2008, será legítimo atribuir a esta estimativa uma elevada dose de exagero... Exagero que faz lembrar a estória da criança que estava sempre a gritar «olha um lobo»...

No que diz respeito ao problema da educação (relacionado com a questão da referida «fuga de cérebros»), assim como das condições de vida em geral, são de assinalar alguns notáveis progressos na situação geral do país. Assim, na Universidade de Witwatersrand, a maior universidade da África do Sul, por exemplo, na altura das primeiras eleições democráticas, os estudantes de cor eram uma irrisória minoria. Hoje são cerca de 60%. Ao longo dos últimos dez anos, cerca de mais 8.000.000 de pessoas passaram a ter acesso a água potável canalizada, cerca de mais 3.800.000 passaram a ter acesso a electricidade e o Estado conseguiu providenciar novas casas ou alojamentos para mais 1.460.000 pessoas. O número de pessoas a receber subsídios ou abonos de família passou para cerca de 7.700.000 e a taxa de literacia adulta subiu para 89%. Tudo isto, sem desestabilizar a economia ou lançar aumentos de impostos, e apenas em resultado do crescimento da economia e de uma fiscalidade mais eficiente⁴¹⁰.

9.11 O «estado da nação»

Fiz acima referência aos problemas enfrentados hoje pelo novo regime na África do Sul, da perspectiva de alguns dos seus críticos. Por uma elementar questão de equilíbrio analítico, importa dar a palavra ao poder instituído. Para o efeito, limitar-me-ei a transcrever para aqui a parte mais significativa e objectiva do discurso sobre «O Estado da Nação», pronunciado por Thabo Mbeki, perante o Parlamento, em 6 de Fevereiro de 2004:

Na década até meados de 1993, a taxa média de crescimento anual do PIB era de menos de 1%. Durante a primeira metade de 1995 a taxa de crescimento anual foi de 1%. No ano fiscal de 1994-1995 o défice orçamental foi de 6,6%. A inflação dos preços ao consumidor, nos doze meses anteriores a Abril de 1995,

409 No original.

410 <http://www.buzzle.com/editorials/text5-24-2004-54615.asp>

foi de 11%. No fim desse anos, a taxa de juros era de 13%. Em 14 de Fevereiro de 1995 o então governador do Banco de Reserva, Chris Stals, disse que era necessária uma política monetária mais restritiva de modo a garantir que a actual recuperação económica não seja do tipo altos e baixos de tempos anteriores, mas que terá uma maior duração. Em 29 de Junho do mesmo ano, o sr. Stals alertou para o preocupante perigo de a pressão inflacionária subjacente, estar de novo a aumentar na economia sul-africana... «Se não tomarmos medidas, esta tendência vai eventualmente forçar o falhanço dos melhoramentos em crescimento económico real, bem-vindos ao longo do ano passado, e frustrarão os objectivos do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento». Em 28 de Agosto de 1995, Chris Stals disse que «basicamente a economia sul-africana não é suficientemente competitiva para ter a capacidade de manter um crescimento económico a um nível suficientemente elevado para as suas próprias necessidades. Será necessária uma reestruturação mais drástica para elevar o potencial de crescimento da economia para um nível desejado e mais aceitável».

A verdade da história é que, antes de 1994:

- As estimativas das necessidades de alojamento variavam entre 1,4 e 3 milhões de unidades e o número de pessoas que viviam em barracas era de 5 a 7,7 milhões;
- 60% da população da África do Sul não tinha acesso à electricidade;
- 16 milhões de pessoas não tinham acesso a água limpa;
- 22 milhões de pessoas não tinham acesso a sanitação adequada;
- Havia 17 departamentos de educação, fragmentados, com uma atribuição desproporcionada de recursos a escolas para brancos;
- As matrículas no ensino secundário eram de apenas 70%.

Uma década mais tarde:

- Foram proporcionados cerca de 1,9 milhões de subsídios para alojamentos e construídas 1,6 milhões de casas para os pobres no nosso país;
- Mais de 70% das casas foram electrificadas;
- Mais outros 9 milhões de pessoas passaram a ter acesso a água limpa;
- 63% dos alojamentos têm agora acesso a sanitários;
- Foi bem sucedida a formação de um sistema integrado de educação, mesmo que haja uma clara necessidade para que sejam atribuídos mais recursos e mais capacitação nas áreas pobres;
- Foram instituídas intervenções de nutrição para a primeira infância de modo a melhorar os resultados das crianças de meios pobres;
- Em 2002 as matrículas no ensino secundário tinha atingido os 85%.

Mais uma vez, a verdadeira história do nosso país diz-nos que há dez anos atrás:

- A África do Sul estava no seu vigésimo primeiro ano de inflação de dois dígitos;
- O país tinha tido três anos consecutivos de crescimento negativo - a economia e a riqueza da nação estava diminuindo;
- A África do Sul tinha experimentado mais de uma década de diminuição no crescimento per capita - o rendimento médio dos sul-africanos estava a diminuir desde os anos Oitenta e a riqueza nacional tinha-se reduzido em cerca de um terço; Desde 1985 até meados de 1994, o total da saída capitais do nosso país totalizou cerca de 50 biliões de randes;
- O défice orçamental tinha atingido os 9,5% do PIB, incluindo a dívida dos chamados bantustões independentes;
- A posição forward líquida do Banco de Reserva da África do Sul tinha um défice de 25 mil milhões de dólares;
- A dívida do sector público era igual a 64% do PIB; foi esta pouca salutar situação económica que levou Chris Stals a fazer os comentários a que anteriormente nos referimos. Uma década mais tarde:
- A inflação desceu para 4% se utilizarmos o CPIX [Índice alargado de preços ao consumidor] e menos de 1% se utilizarmos o CPI [Índice simples de preços ao consumidor];
- O país está a viver o mais longo período de crescimento positivo consistente desde que se regista adequadamente o PIB nos anos Quarenta do século xx;
- A posição aberta forward líquida do Banco de Reserva da África do Sul subiu no fim do ano passado para um excedente de 4,7 mil milhões de dólares;
- A dívida do sector público desceu para menos de 50% do PIB.⁴¹¹

9.11.1 Os africânderes e o pós-apartheid

Um outro tema que exige alguma reflexão é o itinerário social, político e económico prosseguido pela comunidade africânder no período pós-*apartheid*. Escrevendo no princípio dos anos 90, Johann Van Rooyen fazia a distinção entre três categorias dentro da direita branca sul-africana, mais rigorosamente da direita africânder: em primeiro lugar, os moderados ou pragmáticos que eram a favor do estabelecimento de uma região autónoma africânder, não racial, no contexto de uma África do Sul federal; depois, a direita tradicional a qual procuraria restabelecer o regime de *apartheid*, ainda que numa versão modernizada e imbuída de alguma razoabilidade no que respeita à repartição

411 <http://www.info.gov.za/speeches/sotr/sotr04may.htm>

da riqueza nacional e, no caso de tal não ser possível, o estabelecimento de um estado soberano branco, ou só africânder, no seio de uma África do Sul, confederação de estados, livremente associados; por fim, a extrema-direita, a qual operava fora dos mecanismos institucionais, propagandeava o racismo puro e duro da supremacia branca, e sem reboços no que dizia respeito, se necessário, ao uso da violência (Van Rooyen, 1994). Parece-me que, a esta categorização da direita africânder, haveria ainda que acrescentar um quarto grupo: o da direita convencional, simplesmente capitalista e liberal, no sentido político que tem esta palavra nas línguas latinas. Estamos a pensar no conjunto de cidadãos africânderes que, através do processo de internacionalização da sua mundivisão, internacionalização essa obtida quer através do mundo empresarial, quer através da vivência política, cultural ou desportiva, acabaram por superar o sentido de pertença nacional, passando a assumir a pertença de classe como primordial.

Recordo a esse respeito um episódio significativo. Aquando de uma visita de trabalho à IBM South Africa, do então director-geral para o Sul da Europa, África e Médio Oriente, este senhor afirmou, a certa altura da sua prelecção sobre as perspectivas de futuro, tendo em conta as pressões que então se faziam no plano internacional relativamente às actividades das grandes MNC por causa do regime de *apartheid*, e perante uma audiência de umas duas centenas de quadros directivos, «as far as we are concerned, you are IBM'ers first and South Africans second.»⁴¹². As reacções a uma tal afirmação, que em seguida tive ocasião de presenciar, oscilavam entre o escândalo, a compreensão e o distanciamento crítico por parte de alguns (poucos) *expatriates* ou *foreign assignees* (como eram designados os profissionais não sul-africanos ali destacados por razões da especificidade das suas competências técnicas). Essa diferenciação revelava sobretudo já uma crescente consciencialização, por parte de muitos sul-africanos brancos em geral, e africânderes em particular, relativamente ao seu respectivo posicionamento social e político no que respeita aos grupos de pertença «nação» e «classe».

Se levarmos em linha de conta os indicadores disponíveis, designadamente a formação de partidos políticos, grupos de pressão e sua base de apoio eleitoral e cívico, e se considerarmos os manifestos ou declarações dos principais dirigentes de expressão cultural africânder, podemos ser levados a retirar algumas conclusões, às quais, pensamos, se poderá atribuir um razoável grau de objectividade, em particular o facto de os africânderes terem conseguido, em três gerações, passar maioritariamente para uma situação de empresários, gestores, quadros técnicos e trabalhadores qualificados, ou *white collar*

412 «Nos que nos diz respeito, vocês são, em primeiro lugar, IBMenses e, depois, sul-africanos.»

workers, combinada essa situação com o desaparecimento dos *kleinboers* e de um efêmero proletariado africânder, cumprindo-se assim, aliás, a vontade de Lorde Milner ,expressa em 1905⁴¹³. Se tivermos em linha de conta ainda o facto de estas categorias socioprofissionais serem tecnicamente dotadas de uma grande mobilidade geográfica, seremos finalmente levados a considerar que o comportamento mais comum da maioria dos africânderes, no contexto da transição para a democracia e período pós-*apartheid*, tem sido ditado pelo pragmatismo e tranquilidade de quem alcançou os seus objectivos. Por outro lado, a actuação, postura ou posicionamento dos africânderes em geral e das suas elites em particular, deve ser entendida contra o papel de fundo que é hoje constituído pela actuação das novas elites emergentes e em parte cooptadas pelo anterior regime.

9.11.2 Uma nação, um território?

No princípio dos anos 80, as tentativas de Pieter Willem Botha de moderar algumas facetas do regime de *apartheid*, conduziram ao aumento de tensão dentro do próprio Partido Nacional, ao aumento progressivo da influência do Partido Conservador (que substituiu pela direita a oposição oficial ao governo, até aí representada pelo Partido Progressista) e ao aparecimento do AWB – *Afrikaner Weerstandsbeweging* ou Movimento de Resistência Africânder. O desenlace da crise dá-se com a assunção do poder por Frederik De Klerk que, dando-se conta da impraticabilidade das políticas prosseguidas por Botha, iniciou de forma resoluta o desmantelamento do sistema de *apartheid*. Tal como disse anteriormente, o subsistema sul-africano estava maduro para a transição. Faltava apenas clarificar de modo definitivo as posições entre os africânderes *verligte* e com uma mundivisão cosmopolita e os africânderes *verkrampte* e com uma mundivisão étnica mais restritiva. Poderá assim dizer-se – de novo – que, oitenta anos depois, estaríamos perante uma segunda vitória de Jan Smuts, relativamente às posições de James Herzog. Poderíamos também deduzir que, ao longo do percurso de três gerações, os dirigentes africânderes souberam explorar e gerir bem os sentimentos de solidariedade nacional africânder, levando a sua comunidade nacional, não à posição de «uma Nação, um Território, um Estado», como ainda hoje pretendem grupos extremistas ou irredentistas, mas à posição de paridade social e económica com a comunidade que anteriormente os vencera, sendo que era esse, em rigor, o objectivo prosseguido.

413 Data em que foi finalizado o relatório da *South African Natives Affairs Commission*, indicando a necessidade de importar operários chineses. Em 2006, já havia nas minas cerca de 50.000 trabalhadores chineses, sendo que a política oficial evitava, a todo o custo, a constituição de uma classe operária branca.

No fim do percurso defrontaram-se também duas perspectivas radicalmente opostas: por um lado, a visão de uma África do Sul multirracial e unitária (ainda que com alguma delegação de poderes nas Províncias); do lado oposto, a visão de uma África do Sul confederal em que cada comunidade étnica teria o seu próprio espaço geográfico para se governar como melhor entendesse. Enquanto o ANC e o Partido Nacional optaram resolutamente pela primeira visão das coisas, movimentos como o IFP ou Inkatha Freedom Party (que se reclama da representatividade do povo zulu) ou a Volks Front do general Konstand Viljoen que congregava a parte mais significativa da extrema direita africânder e reclamava a constituição de um *Volkstaat* para os africânderes, optavam pela segunda visão.

Através da diplomacia dos dirigentes do ANC, do realismo dos generais da *Volksfront*⁴¹⁴ e do anterior pragmatismo dos dirigentes do Partido Nacional, acabou por se deixar de parte a ideia de uma África do Sul confederal, ficando apenas decidida a posterior investigação da possível viabilidade de um *Volkstaat* para os africânderes que o desejassem. Os primeiros resultados eleitorais fizeram com que um tal projecto acabasse por ser abandonado. Embora se deva referir o projecto em andamento de pequenas comunidades 'irredentistas' de que o mais conhecido exemplo é Orania⁴¹⁵.

A esse respeito é importante referir a histórica decisão, recentemente tomada pela antiga *Afrikaner Broederbond*. Tal como referimos em diversos pontos deste livro, a *Afrikaner Broederbond* desempenhou um papel determinante ao longo de todo o processo de busca da paridade social e económica com os ingleses. Dado o seu carácter de sociedade 'secreta' e de defesa da identidade étnica dos africânderes, foi sempre mais conotada com os grupos *verkrampste* do que com os grupos *verligte*. Por isso, não deixou de ser algo surpreendente a sua decisão de se transformar numa sociedade aberta a todos os cidadãos (e também às mulheres) independentemente da cor ou etnia. Em 1997, foi divulgada uma espécie de declaração de princípios anunciando o lançamento de uma nova organização, agora simplesmente designada de *Afrikanerbond* a qual se propõe participar de forma activa, mas estritamente dentro da nova ordem constitucional, na defesa e promoção das comunidades de língua africânica. A esse respeito são de assinalar os seguintes extractos:

414 Segundo nos conta Allistair Sparks (1995), numa reunião conjunta, Mandela teria dito a Viljoen que, se houvesse uma guerra civil, eles, o ANC e seus aliados, não teriam certamente a capacidade de derrotar as forças armadas sul-africanas, que muito provavelmente obedeceriam às ordens dos seus generais, se estes se revoltassem, mas que, por outro lado, também teriam que os matar a todos. Os africanos não voltariam atrás na luta pela igualdade e democracia, além de que a comunidade internacional, pura e simplesmente, não mais toleraria uma rebelião por parte dos militares. Era a constatação do continuado «empate técnico», no plano da confrontação e da incontornável interdependência no plano político, social e económico.

415 Pequena cidade nas margens do rio Orange, literalmente comprada por africânderes, com dinheiro próprio, e onde projectam construir uma comunidade autónoma e auto-suficiente. Em Abril de 2004, foi anunciada a emissão de uma moeda própria para uso exclusivamente local, perante algum espanto do Banco de Reserva da África do Sul.

Num documento publicado em 1985, *Die Staatskundige Weegproes*, dava ênfase ao facto de que o único modelo consitucional bem sucedido seria aquele que fosse aceite por todos os grupos da população. Em Novembro de 1986 foi aceite o documento «Basiese staatkundige voorwaardes vir die voortbestaan van die Afrikaner» o que significava a aceitação inequívoca de um acordo negociado. Em 1987 o secretário-geral do Comité Executivo, Prof. J.P. de Lange, discutiu em Nova Iorque com o Sr. Thabo Mbeki modelos constitucionais e a inclusão das aspirações políticas de todos os Sul-Africanos. É do conhecimento comum que a AB apoiou a política de desenvolvimento separado. Num espírito de participação activa e honesta, a AB reconhece que esta política conduziu eventualmente a um certo número de resultados perturbadores. Em vez de igual dignidade humana, desenvolveu-se uma sociedade de aristocracia racial, dentro de um rígido quadro institucional. A AB aceita que os Africânderes fazem parte da nova África do Sul e está disposta e preparada para contribuir de modo construtivo para concretizar a sua visão da África do Sul. Com base nos seus princípios e sistema de valores, a AB está pronta para contribuir para o desenvolvimento da África do Sul e de todos os seus povos. A AB aceita que não é contraditório ser um Africânder e ser um Sul-Africano. No entanto precisamos de espaço para viver plenamente as nossas vidas como Africânderes. A África do Sul tem que ser bem sucedida e a AB compromete-se a empregar e utilizar os seus conhecimentos, poder, ideias e excelência para que estes objectivos sejam alcançados. Dezembro de 1997⁴¹⁶

Em resumo, para além da participação activa na vida política convencional, a comunidade africânder apresenta-se, hoje, através de instituições com inegável representatividade histórica, como empenhada na (re)construção de uma nova África do Sul.

9.11.3 O problema da emigração

A emigração de cidadãos brancos, residentes ou naturais, da África do Sul, não é um fenómeno recente. Embora as estatísticas oficiais indiquem apenas 555.000 de emigrantes para todo o período que vai de 1945 a 1994, Johann Van Rooyen (2000) estima que o número dos que deixaram a África do Sul, a título definitivo, se situa entre o 1.100.000 e o 1.600.000. Desde 1994 e também segundo as estatísticas oficiais, apenas 65.000 brancos deixaram a África do Sul. Van Rooyen, no entanto, estima mais uma vez que este número deverá situar-se entre os 135.000 e os 195.000. A busca efectuada pelo autor deste livro em fontes alternativas⁴¹⁷, assim como algumas entrevistas com ex-residentes

416 <http://www.afrikanerbond.org.za/Dokideal.pdf>

417 <http://www.scidev.net/Opinions/index.cfm?fuseaction=readOpinions&itemid=154&language=1> ; <http://www.id21.org/society/s10cmb1g1.html> ; <http://www.southafricanemigration.com/SAEmigration.htm>

da África do Sul ou cidadãos sul-africanos residentes em Portugal, apontam mesmo para números algo mais elevados, sendo a melhor *guesstimate* na ordem dos 200.000. Em todo o caso, apenas mais ou menos 5% da população branca ao longo dos dez anos de governo de maioria. Van Rooyen assinala também a queda brusca na imigração de origem europeia a partir de 1994, justamente em resultado das alterações verificadas e das, supostamente menos atractivas, condições para trabalhadores qualificados. Entre as novas condições indicadas, apontam-se o crescimento exponencial da criminalidade urbana e a pandemia da HIV/Sida. Em todo o caso, é de assinalar a emergência de movimentos cívicos na própria África do Sul no sentido de trazer de volta os expatriados sul-africanos que, ao longo dos últimos dez anos, emigraram em busca de uma nova vida, para países como a Austrália ou o Canadá, assim como a Grã-Bretanha ou ainda países como a Holanda, a Itália ou Portugal. Em resultado também dessa actividade de promoção da nova África do Sul, junto daqueles que daí emigraram por receio da mudança, estaria já a verificar-se uma eventual inversão de tendência.

O ano passado o número de novas chegadas cresceu em 62%, para 10.578 – metade vindos do resto de África, mas mais de um terço da Europa e da Grã-Bretanha. A Elliots, uma das mais antigas empresas de mudanças do país, diz que em 2003 teve 1.240 clientes a chegar e 1.254 clientes a partir – especialmente estrangeiros mas também nacionais a regressarem ao país. «A tendência mudou – há muito mais gente a regressar ao país» disse o presidente da Elliots, Tom Ainsley.⁴¹⁸

418 http://www.iol.co.za/index.php?click_id=124&art_id=qw1082692442475B216&set_id=1